



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE CIENCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR-CCTA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS-PPGSA**



NELIANE DIAS DE SOUZA

**RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB**

**POMBAL-PB
2020**

NELIANE DIAS DE SOUZA

**RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistema Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Sistemas Agroindustriais, com ênfase em Ciências e Tecnologia de Alimentos. Área de concentração: Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof.: D. Everton Vieira da Silva

**POMBAL-PB
2020**

S729r Souza , Neliane Dias.
Riscos ocupacionais relacionados ao trabalho na agricultura familiar em Cajazeiras PB / Neliane Dias de Souza. – Pombal, 2020.
61 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e
Tecnologia Agroalimentar, 2020.

“Orientação: Prof. Dr. Everton Vieira da Silva”.
Referências.

1. Riscos ocupacionais. 2. Acidentes de trabalho. 3. População rural. 4. Agricultores. I. Silvia , Everton Vieira. II. Título.

CDU 613.6(043)

NELIANE DIAS DE SOUZA

**RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA
FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistema Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Sistemas Agroindustriais, com ênfase em Ciências e Tecnologia de Alimentos. Área de concentração: Sistemas Agroindustriais.

Comissão examinadora

Everton Vieira da Silva

Prof. Dr. Everton Vieira da Silva
ORIENTADOR
PPGSA/UFCG

Profa. Dr^a. Anúbes Pereira de Castro
MEMBRO INTERNO
PPGSA/UFCG

Profa. Dr^a. Kennia Sibelly Marques de Abrantes Sucupira
MEMBRO EXTERNO
UAENF/CFP/UFCG

**POMBAL-PB
2020**

*A Deus, fonte de vida, por ter me concedido esta
oportunidade de aprendizado*

AGRADECIMENTOS

À Deus, soberano e misericordioso, presente em todas as etapas da minha vida. Ele permitiu que aqui estivéssemos, e possibilitou a conclusão deste trabalho. A Ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais, José Lins (in memoria) e Maria Dias, pela dedicação e sabedoria para me guiarem sempre pelo caminho do bem, ensinando-me a perseverar pelos meus sonhos e sendo os atores principais desta conquista.

Ao meu marido, José Gorete Pedroza, pela compreensão e companheirismo em todas as etapas desse curso e deste trabalho sempre me motivando a seguir com os meus objetivos, mostrando-se um grande companheiro durante a realização do mesmo.

Ao Prof. Dr. Everton Vieira da Silva pelas orientações, pela dedicação, paciência e atenção para a construção desta pesquisa.

Aos doutores e professores do programa de pós-graduação em agroindustriais que nos guiaram pelo caminho do conhecimento e que contribuíram para a minha formação como cidadã, não só como profissional.

Á amiga Egle Katarine pela disponibilidade de ajudar a conquistar esse título com seus ensinamentos, orientações e conhecimentos no mundo da pesquisa.

Aos amigos de turma Maria Alcântara, Rosana, Edval, pela ajuda durante todo o curso e pelas orientações de sempre.

Aos amigos Girlene Lima, Albaneide Wanderley, Francicleudo, Cecília e Helmara Wanderley, sempre preocupadas e confiantes no desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus colegas de sala, com os quais convivi ao logo dessa jornada e que juntos descrevemos uma trilha pela busca de conhecimentos.

Aos agricultores familiares e aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

E todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

Aos membros da banca Kennia Sibelly e Anubes Pereira pela disponibilidade em contribuir para a melhoria desta pesquisa com os seus conhecimentos.

A VOCÊS, MEU OBRIGADA!!!!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAE - Conselhos de Alimentação Escolar

CECANEs - Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar

CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômico

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

DORT - Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LER - Lesão por Esforço Repetitivo

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

NR - Norma Regulamentadora

NRs - Normas Regulamentadoras Rurais

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNSIPCF - Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

SAN - Segurança Alimentar Nutricional

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEPATR – Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural

SST - Segurança e Saúde no Trabalho

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 01 – Caracterização dos agricultores familiares do Município de Cajazeiras.	32
Figura 01- Localização do Município de Cajazeiras-Pb	30
Figura 02 - Conhecimentos dos agricultores familiares sobre os EPIs..	34
Figura 03 – Distribuição dos participantes quanto ao uso de EPIs..	35
Figura 04 – Participação dos agricultores familiares quanto os tipos de EPIs mais utilizados.....	36
Figura 05 - Conhecimentos dos agricultores familiares sobre os riscos existentes.....	37
Figura 06 - Classificação do ambiente de trabalho dos agricultores familiares..	38
Figura 07 – Participação dos agricultores familiares diante de acidentes ocorridos durante as atividades laborais.....	39
Figura 08 – Ferramentas manuais no trabalho e ocorrência de acidentes e doenças sofridos pelos participantes da pesquisa.....	40
Figura 09 – Distribuição dos participantes quanto à orientação sobre o uso de EPIs.....	42
Figura 10 – Visão dos participantes quanto à assistência recebida por órgãos públicos do Município de Cajazeiras.	43
Figura 11 – Visão dos participantes da pesquisa diante da importância da utilização dos EPIs.	44
Figura 12 – Avaliação do período de apresentação de disfunções musculoesqueléticas.	45
Figura 13 – Avaliação das regiões do corpo que apresentam disfunções musculoesqueléticas..	46

DIAS, Neliane de Souza. **RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB.** Projeto de pesquisa em Sistemas Agroindustriais. UFCG-CCTA. Pombal-PB, 2019.

RESUMO

A agricultura familiar tem sido considerada a principal responsável pela produção dos alimentos diversificados que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, sendo muitas vezes obtidos por práticas simples e rústicas que podem interferir na saúde do pequeno produtor, a curto ou longo prazo. Logo, os trabalhadores agrícolas no desenvolvimento das suas funções cotidianas estão expostos a inúmeros riscos ocupacionais, como imprevistos climáticos, estiagens, calor intenso (veranicos), manuseio de ferramentas, ocorrências de pragas, radiação solar, agentes químicos e agrotóxicos. O objetivo desta pesquisa é analisar os riscos ocupacionais relacionados ao trabalho no campo de agricultores familiares de Cajazeiras-PB. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de campo, descritiva com abordagem quantitativa, através da aplicação de um questionário semiestruturado aos agricultores familiares do referido município. A amostra foi realizada com 100 agricultores rurais. A coleta de dados foi realizada através de um questionário semiestruturado elaborado pelos pesquisadores. Em seguida, os dados foram analisados em planilhas do Word e Excel 2010, expostos em gráficos e tabelas e confrontados com a literatura pertinente. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores/ Universidade Federal de Campina Grande. De acordo com os resultados encontrados quanto à caracterização dos participantes, 70% eram do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 60 anos. Quanto ao conhecimento sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), à maioria, 77% dos participantes, afirmou ter conhecimento sobre os mesmos e 46% os usam sempre. Ao analisar os riscos existentes no ambiente de trabalho, 71% atribuíram à classificação do ambiente de trabalho como sendo perigoso para a saúde como intoxicação por pesticidas, picadas de cobras, quedas e verminoses durante a execução das atividades e 95% dos participantes afirmaram a importância dos EPIs para proteção contra acidentes e doenças. Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para o conhecimento dos agricultores familiares minimizando acidentes de trabalho e proporcionando maior segurança aos trabalhadores do campo, colaborando também com a oferta de maior orientação em relação ao uso dos EPIs no trabalho realizado no campo, considerando a que estes trabalhadores estão expostos, fornecendo subsídios para a construção de políticas públicas que promovam e incentivem a educação em saúde para esses agricultores, através de cursos/treinamentos, e com isso espera-se contribuir para uma melhor qualidade de vida para a população.

Palavras Chaves: Acidentes de Trabalho. População Rural. Agricultores

DIAS, Neliane de Souza. **RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB: um estudo quantiquantitativo entre os agricultores familiares.** Projeto de pesquisa em Sistemas Agroindustriais. UFCG-CCTA. Pombal-Pb, 2019.

ABSTRACT

Family farming has been considered the main responsible for the production of the foods that are made available for the consumption of the Brazilian population, being often obtained by simple and rustic practices that can interfere in the health of the small producer, in the short or long term. Therefore, agricultural workers in the development of their daily functions are exposed to numerous occupational risks, such as climatic unforeseen events, droughts, intense heat (summer), tool handling, pest occurrences, solar radiation, chemical and pesticide agents. The objective of this research is to analyze occupational risks related to work in the field of family farmers in Cajazeiras-PB. This is an exploratory and field research, descriptive with a quantitative approach, through the application of a semi-structured questionnaire to family farmers in that municipality. The sample was carried out with 100 rural farmers. Data collection was used by semi-structured questionnaires prepared by the researchers. After collecting the data, they were analyzed in Word and Excel 2010 spreadsheets. The research was submitted and approved by the Research Ethics Committee of the Teacher Training Center / Federal University of Campina Grande. And they were exposed in graphs and tables and compared with the relevant literature. The results presented regarding the characterization of the participants 70% were female, are in the age group of 20 to 60 years. As for the knowledge of PPE, the majority in 77% said they were aware of PPE, as for the use of PPE 46% always use it. Regarding the existing risks, the responses were unanimous, 71% attributed the classification of the dangerous work environment to the execution of activities and 95% of the participants affirmed the importance of PPE for the protection of accidents and diseases. It is hoped that this research has contributed to the benefits and offers greater guidance in relation to the use of PPE in work carried out in the field, considering the high danger that these workers are exposed to, providing subsidies for the construction of public policies that promote and encourage health education for these farmers, through courses / training, and with that is expected to contribute to a better quality of life for the population served.

Key Words: Accidents at work. Rural population. Farmers

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 MARCO TEORICO.....	15
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO NO CAMPO	15
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA REGIÃO NORDESTE	18
3.3 O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB E A AGRICULTURA FAMILIAR	20
3.4 RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADO AO TRABALHO NA AGRICULTURA	21
3.5 POLITICAS PUBLICAS RELACIONADAS À SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL.....	26
4 CASUÍSTICA E MÉTODO.....	29
4.1 TIPO DA PESQUISA	29
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	29
4.3 LOCAL DE ESTUDO.....	30
4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
4.5 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	30
4.6 POSICIONAMENTOS DO PESQUISADOR	31
5. RESULTADOS E DISCUSÕES.....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
7. REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Durante a realização de suas atividades os trabalhadores rurais pertencentes à agricultura familiar estão condicionados aos processos de saúde/doença, devido a exposição aos riscos ocupacionais e as enfermidades adquiridas no ambiente de trabalho que interferem nas condições de desenvolvimento dessas atividades diárias. Isso os tornam expostos as situações de riscos e de deficiências, que podem comprometer a saúde e a segurança, provocando doenças agudas ou crônicas, invalidez permanente ou parcial, morbidade e até mortalidade.

Os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais podem ser causados por fatores de riscos aos quais os trabalhadores rurais se expõem. Dentre estes fatores, têm-se os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psicossociais, mecânicos e acidentes, os quais são potencialmente capazes de prejudicar a qualidade de vida e de saúde do trabalhador. Tais riscos tornam as atividades ocupacionais no setor agrícola muito perigosa (RIBAS; MICHALOSKI, 2017; SPECK et al., 2017).

Embora existam documentos oficiais, é sabido que essa atividade, na maioria das vezes é desenvolvida sem planejamento e de modo rudimentar, o que pode prejudicar a saúde dos trabalhadores envolvidos, seja a curto ou longo prazo. Além disso, também pode agredir o meio ambiente, com ações inconscientes, como o uso indiscriminado de pesticidas e agrotóxicos.

Dentre as doenças adquiridas no desenvolvimento das atividades do campo, destacam-se as doenças respiratórias, cardiovasculares, artrite, câncer de pele, perda auditiva, amputações, entre outras. Estas situações de risco para a saúde do trabalhador rural se somam as condições que causam um conjunto de danos e agravos à saúde como baixos salários, condições sanitárias inadequadas, carência alimentar, deficiência dos serviços de saúde, entre outras (FREITAS; GARCIA, 2012).

Nessa perspectiva, em dezembro de 2011, através da portaria de nº 2.866, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta que tem como objetivo promover a saúde dessa população, visando o acesso aos serviços de saúde, a redução de riscos e agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (BRASIL, 2011).

Os trabalhadores rurais, em sua maioria, têm uma subsistência difícil e às vezes miserável. Fazem parte da massa de trabalhadores que estão à margem das possibilidades de acesso às condições efetivas de trabalho, cidadania e proteção social.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: Como se caracterizam os riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores rurais do município de Cajazeiras?

Nesse viés de caos e/ou problemas de saúde que acometem os agricultores, surge à preocupação de entender o cenário de trabalho dessa população pertencente ao campo da cidade de Cajazeiras-PB, a fim de identificar as condições que estes indivíduos desenvolvem suas atividades diárias e como é realizado a prevenção de doenças ocupacionais e a promoção de medidas para minimizar os acidentes e as patologias oriundas desse trabalho.

Com isso percebe-se a necessidade de medidas preventivas, a exemplo do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no desenvolvimento das atividades agrícolas, visando à segurança dos trabalhadores, visto que tem como finalidade diminuir e/ou evitar possíveis danos provocados pelos acidentes no ambiente de trabalho.

Portanto, os serviços de saúde devem estar organizados quanto a prevenção de riscos ocupacionais e enfermidades voltadas ao trabalhador rural com foco em um atendimento adequado e acolhedor, capaz de reduzir os agravos aliando-se a uma assistência de qualidade.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os riscos ocupacionais relacionados ao trabalho no campo de agricultores familiares de Cajazeiras-PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os diferentes riscos ocupacionais relacionados ao trabalho no campo;
- Analisar o perfil socioeconômico e as condições de trabalho dos agricultores familiares de Cajazeiras-PB;
- Caracterizar incidência de doenças relacionadas ao trabalho que acometem o agricultor familiar.

3 MARCO TEORICO

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO NO CAMPO

A agricultura familiar consiste na produção agrícola e pecuária realizada por pequenos produtores, empregando a mão de obra familiar. Caracteriza-se pelas pequenas propriedades, pelo fato de ser a família a dona dos meios de produção e da terra, com pouca tecnologia empregada e voltada em sua maior parte para a subsistência, produção de alimentos e bens de consumo, fixando o homem no campo (GUILHOTO et al., 2007).

A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 sanciona Agricultura Familiar como conceito de agricultura familiar legalmente reconhecido. A sanção foi considerada um marco para os movimentos rurais, que há muito tempo lutavam para que isso fosse concretizado. Segundo a lei, são caracterizados como agricultor familiar os indivíduos que atendam às seguintes condições: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo Guilhoto et al. (2007) é necessário destacar que a produção familiar, além de evitar o êxodo rural e ser também fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando não só a economia do setor agropecuário, mas do próprio país.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (2014) a agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Trata-se de uma das expressões mais importantes em termos de produção de alimentos no Brasil, uma vez que a maioria dos produtos consumidos diariamente é produzida pela agricultura familiar, além de ser um dos setores que mais empregam trabalhadores. Também representa uma ação de desenvolvimento regional, colaborando com o meio ambiente num equilíbrio entre o homem e a natureza (CASTRO NETO et al., 2010).

A agricultura familiar brasileira responde por grande parte da produção de alimentos

para o consumo interno. Para Dulci (2016), a tese da agricultura familiar como maior abastecedora do mercado interno se confirma. Ela fornece, por exemplo, 87% da produção da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% da carne suína. Se for verdade que a produção da agricultura empresarial ou agronegócio chama a atenção por recordes de safra e exportação anuais, é também verdade que ela não abastece nosso mercado interno. A produção de alimentos que garante nossa segurança alimentar e nutricional e, por que não, nossa soberania alimentar, diante de eventual escassez externa e alta de preços, vem, majoritariamente, das pequenas propriedades rurais (CONTAG; FETAGs; STTRs, 2016).

É perceptível que a agricultura familiar sempre desempenhou um papel importante para o setor agrícola no Brasil, sobretudo na absorção de mão de obra e geração de renda no meio rural, e ainda contribuindo com a produção de alimentos de qualidade. Entretanto, esses produtores sempre tiveram a sua expressão econômica marginalizada, sendo geralmente caracterizados como produtores de baixa renda, de subsistência, agricultura não comercial ou de pequeno porte (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

As políticas concebidas aos agricultores familiares entre os anos 1990 e 2010 em sua grande maioria possuem inicialmente orientação ao crédito e à produção, salvo aquela de arranjos para a organização social e territorial destes grupos, encampadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Um segundo grupo de políticas se orientou para o problema da comercialização, tema amplamente diagnosticado por diferentes estudos nos anos 2000, como exposto nos estudos de Grisa (2012), ao analisar as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, e a construção das três gerações de políticas públicas para a agricultura por Grisa e Schneider (2015).

Entre as décadas de 1960 e 70, o Brasil adotou instrumentos com o intuito de potencializar a produção agrícola, por meio de crédito rural, garantia de preço, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e pesquisas (GRISA, 2012). A democratização no Brasil permitiu que o ator social pudesse articular-se para clamar a criação de políticas públicas para classes até então aquém dos interesses governamentais. É importante destacar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; a conformação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988; a constituição do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1984; a institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991 e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985 (GRISA, 2012).

Com relação à governabilidade do país, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil provocou a criação de 9.000 projetos de assentamentos, entre

1995 e 2002 (SANTOS NETO, 2016). A partir de 2003, com o início do governo petista, presidido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram criadas diversas políticas com foco ao desenvolvimento dos agricultores familiares, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Mesmo frente à importância da agricultura familiar para o país, conforme dados do censo agropecuário de 2006 (BRASIL, 2006b), os estabelecimentos da agricultura familiar representam um total de 5.175.636, ocupando apenas 24,01% da área total. Mesmo com uma área consideravelmente menor, a agricultura familiar é responsável pela produção de arroz, feijão, milho, soja entre outros produtos.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) já defendiam uma política agrícola diferenciada aos pequenos produtores. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário a resolução 2.141 de 24 de agosto de 1995 foi instituída ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), mas que só foi efetivado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com o decreto de 1946 de 28 de junho de 1996 (MDA, 2015).

O PRONAF, o PNAE e o PAA são políticas importantes, no que diz respeito à agregação e a aplicação de valores à produção, oferecendo apoio à industrialização do que é produzido, além da ampliação da área plantada, utilização de tecnologias que permitem um melhor uso da mão de obra e o aumento da produção e da produtividade. Além de propiciar uma capilaridade expressiva, com presença em 4.963 municípios rurais brasileiros. Outro aspecto interessante é que apesar do aumento da oferta de crédito e do valor dos contratos o PRONAF possui uma inadimplência inferior a 1% e destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (MDA, 2015).

Portanto, fica evidente que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é fundamental no que diz respeito ao acesso ao PRONAF e às demais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, uma vez que é exigido um projeto técnico elaborado por um profissional devidamente credenciado pela instituição financeira, que também deverá fazer o devido acompanhamento da aplicação desse crédito, na implementação ou no incremento das atividades financiadas, observando as faixas de enquadramento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) estabelecidas no manual de crédito rural (MDA, 2015).

O PAA prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação às entidades sócias assistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e

nutricional. Parte dos alimentos também é destinada à recomposição dos estoques estratégicos e é implementado por meio de convênio a ser formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), as prefeituras e governos dos Estados. Outra possibilidade é estabelecendo um acordo entre a CONAB e a entidade beneficiária, que haja a participação do processo de seleção dos produtos por meio da proposta de participação (MDS, 2015).

A operacionalização dessa política é em grande medida, realizada pela CONAB, que acontece de forma bem simples e direta, sem necessitar de atravessadores ou depender de licitações, no qual os agricultores familiares, organizados em associações ou cooperativas, apresentam um projeto no qual deve estar previsto o que será produzido, e quando e onde será entregue, desde que as entidades beneficiadas que receberão os alimentos preencham os requisitos necessários e sejam cadastradas no MDS (CONAB, 2015).

De acordo com Carneiro (1997) a implementação de um conjunto amplo de políticas públicas diferenciadas, de âmbito federal, dirigidas ao meio rural e destinadas a estimular a produção de alimentos, através da agricultura familiar e aumentar o acesso das populações carentes a estes alimentos, também deve ser destacada quando se considera a redução da pobreza rural nos últimos anos.

Em suma, a agricultura familiar foi reconhecida como categoria social e política pelo Estado brasileiro por volta da década de 90 e com esse reconhecimento iniciou-se a construção de políticas diferenciadas para esse grupo. De uma forma didática, podem-se destacar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar a partir de três gerações principais, a primeira para o fortalecimento do aspecto agrícola e agrário da categoria social, a segunda em políticas assistenciais e a terceira para a construção de mercados que fortaleçam a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA REGIÃO NORDESTE

O Nordeste inclui grande parte da agricultura familiar do país, pois os estabelecimentos rurais da região são, em sua maioria, de pequenos produtores familiares, sendo de grande importância na produção de alimentos e ocupação de mão de obra no meio rural (GUANZIROLI; VIDAL, 2011).

Segundo os autores supracitados, os segmentos da agricultura familiar dessa região produzem basicamente para o autoconsumo, a exemplo de muitos pequenos produtores rurais, que não têm condições de se integrar positivamente no mercado, o que não é nenhum

demérito em relação à sua condição social, uma vez que, ao invés de migrarem e contribuírem com a lotação das cidades, lutam para sobreviver o mais dignamente possível nas regiões onde nasceram.

No Nordeste brasileiro, a pobreza dos solos, a inadequação das tecnologias disponíveis (ignorando as condições específicas de cada ambiente) e as irregularidades pluviométricas (fator fora de controle do agricultor) são questões que têm merecido destaque por atingirem diretamente o pequeno, o médio e grandes produtores, por meio da redução do rendimento físico e da renda desses agricultores (PASTORE, 1980 apud CAMPOS et al.,1997). O bioma característico é a caatinga que na língua indígena significa —mata branca. Trata-se de um bioma com alta biodiversidade, onde se destaca a formação vegetal xerófita (adaptada à seca), com folhas pequenas que reduzem a transpiração, os caules suculentos para armazenar água e as raízes espalhadas para capturar o máximo de água durante as chuvas (SILVA, 2003).

Tendo em vista que a agricultura das regiões semiáridas é uma atividade sujeita a altos riscos de perdas de safra, devido à alta variabilidade, tanto temporal como espacial de precipitação pluviométrica, que deve se basear explicitamente nas condições de estiagem e baixa produtividade (QUARANTA, 2013).

O clima é um fator determinante na agricultura do nordeste, apresentando características marcantes, tais como as distribuições temporais e espaciais irregulares de precipitação pluvial. Além disso, o setor agrícola do Nordeste é prejudicado, devido às condições climáticas que são fortemente alicerçado na agricultura de sistema de cultivo em sequeiro, fazendo com que a população rural esteja sempre a mercê dos problemas de ordem natural, como as estiagens que atingem periodicamente muitas regiões e que afetam diretamente a produção agrícola (CAMPOS, 2010).

De acordo com Mendes (2010) a dependência do homem ao clima se manifesta por vários fatores climáticos como inundações, secas ou temperaturas extremas, que afetam gravemente as comunidades urbanas, prejudicam a agricultura, a indústria e o comércio, ameaçando o desenvolvimento local.

Dentre os desequilíbrios hidrológicos encontra-se a seca, fenômeno climático caracterizado pela baixa e má distribuição de chuva em uma região tanto de um ponto de vista espacial como temporal, o que provoca vários desequilíbrios que são mais visíveis em curto prazo. Em longo prazo há um equilíbrio dinâmico, caracterizado como paradigma de adaptação. A seca ocorre quando a evapotranspiração ultrapassa por algum tempo a precipitação, causando o esgotamento da umidade do solo e, como consequência, limitações na agricultura (AYOADE, 2011). Regiões atingidas pela seca, geralmente possuem renda per

capita menor e uma desvantagem em termos de recursos de solo, chuvas e temperatura.

Jonesa e Thornton (2003) ressaltam que os impactos das alterações climáticas sobre a agricultura, podem aumentar de forma significativa os desafios de garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza. Com a deficiência de água torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais, causando fome, falta de recursos econômicos e dificuldades socioeconômicas para as famílias rurais, principalmente as que vivem no sertão nordestino. Diante disso, é importante um investimento agrícola adaptado ao clima e solo da região com a utilização de tecnologias agrícolas, como por exemplo, o uso de sistema de irrigação como forma de minimizar os choques ocasionados pela estiagem.

Segundo Silva (2003) as secas não ocorrem de forma uniforme ao longo dos espaços semiáridos do Nordeste. Pode haver anos de estiagem total, com efeitos observados em todas as áreas da região semiárida, e anos de seca parcial, em que os problemas são verificados apenas em algumas áreas dos estados do Nordeste. As áreas mais afetadas pela cessação de chuvas no Nordeste são aquelas que se encontram sob influência direta da Zona de Convergência Intertropical-ZCIT, fenômeno que causa secas anuais ou plurianuais. As evidências empíricas disponíveis indicam que a variabilidade climática decorrente da ação da ZCIT é combinada com os fatores que determinam o regime pluviométrico na Zona da Mata e no Nordeste meridional. Quando essa conjunção de fatores se articula é que ocorrem as secas de amplas proporções (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

3.3 O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB E A AGRICULTURA FAMILIAR

Cajazeiras é um município brasileiro, no interior do estado da Paraíba que pertence à Mesorregião do Sertão Paraibano e à Microrregião de Cajazeiras, e está distante 468 quilômetros da capital do estado, João Pessoa. Ocupa uma área de 565,899 km² e sua população, de acordo com o censo de 2010, é de 58.446 e em 2018 com estimativa de 61.776 habitantes, o que o classifica como o sétimo maior município em população da Paraíba. O relevo do município está inserido na depressão sertaneja, formada por pediplanos e elevações residuais alongadas e por serras. O tipo de solo predominante é o bruno não cálcico, além de pequenas porções do latossolo vermelho-amarelo podzólico e dos vertissolos, formados em sua maioria, pela desagregação e decomposição das rochas (IBGE, 2010).

De acordo com os registros da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o município de Cajazeiras-PB tem 5.857 agricultores familiares, sua base econômica é fundamentada em hortaliças, legumes como arroz, feijão, milho, leite e derivados, pescado,

galinhas, ovos, caprinos, suínos e bovinos, na lavoura permanente plantações de bananas, goiaba, cocos, mangas, algodão entre outros que são comercializadas e gerando renda percapita para o município. No período de estiagem a EMATER fornece sementes gratuitamente para o plantio e ração animal em baixo custo para minimização de prejuízos com a plantação e com os animais, melhorando assim o ânimo desses agricultores.

3.4 RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADO AO TRABALHO NA AGRICULTURA

Os locais de trabalho, pela própria natureza da atividade desenvolvida e pelas características de organização, relações interpessoais, manipulação na exposição a agentes físicos, químicos, biológicos, situações de deficiência ergonômica ou risco de acidentes, podem comprometer a saúde e segurança do trabalhador em curto, médio e longo prazo, provocando lesões imediatas, doenças ou morte, além de prejuízos de ordem legal e patrimonial para a empresa (DAMASCENO, 2005).

Historicamente, o conceito de risco nos locais de trabalho foi concebido, de início, abordando os riscos ocupacionais clássicos que trazem consequências mais diretas e visíveis, gerando os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais. Refere-se as consequências do trabalho para a saúde, não apenas as mais diretas e visíveis, mas envolvem outras formas de sofrimento, ou ainda contribuem para doenças que possuem dimensões físicas, mentais e afetivas, e os riscos podem afetar não somente o corpo físico, mas o trabalhador enquanto pessoa (ARAUJO, 2010).

O Brasil é uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, atividade sustentada pelo trabalho de cerca de 12.258.008 pessoas, que representam 14,2% da população economicamente ativa segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a agricultura é um dos três setores de atividades mais perigosos, os outros dois são a construção civil e a mineração, sujeitando o trabalhador, a um conjunto variado de fatores de risco, de natureza física, química, mecânica e ergonômica (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2009).

O trabalho agrícola é uma atividade que requer esforço físico e que demanda alto consumo de energia humana. A literatura aponta a agricultura como um dos ramos produtivos onde o trabalhador enfrenta problemas ergonômicos que geram alto risco para o desenvolvimento de distúrbios musculoesqueléticos e incapacidade (DAVIS; KOTO-WSKI, 2007; RISCOLL et al., 2014).

A inadequação dos equipamentos de proteção individual utilizados na agricultura é um fator relevante na precarização das condições de trabalho (VEIGA et al., 2007; GONZAGA; ABRAHÃO; BRAUNBECK, 2005). Segundo Pinzke (1997), as estatísticas internacionais indicam que a agricultura é o segmento econômico com a mais alta prevalência de problemas osteomusculares. A movimentação manual de cargas, a flexão acentuada de tronco com alta frequência e por longos períodos e o trabalho repetitivo de membros superiores foram identificados por Fathallah (2010), como os fatores de risco prevalentes no trabalho agrícola e geradores dos distúrbios osteomusculares.

Segundo o Ministério da Saúde a promoção da saúde requer uma articulação que reforça a exigência de um movimento integrado, na construção de consensos, a fim de que as políticas públicas sejam cada vez mais favoráveis à saúde e à vida, e estimulem e fortaleçam o protagonismo dos cidadãos. Porque é certo, que os modos como os sujeitos e as coletividades elegem determinadas ações de viver como desejáveis, criam e organizam suas escolhas, em busca de novas possibilidades, desejos e interesses, pertencentes à ordem coletiva, uma vez que seu processo de construção se dá no contexto da própria vida (BRASIL, 2010).

No Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da saúde é colocada como uma possibilidade de focar aspectos, que determinam o processo saúde-adoecimento no nosso país. Vem romper com a tradição da abordagem fragmentada e individualizante dos modos de viver. Nessa perspectiva, historicamente os sujeitos e comunidades são colocados como responsáveis únicos pelas várias mudanças ao longo da vida. Contudo, em face à saúde ampliada, os modos de viver não se referem apenas ao exercício da vontade e/ou liberdade individual, o que vem se analisando são outras perspectivas (BRASIL, 2010).

Para Assis et al. (2010), as práticas de saúde foram historicamente estruturadas com base no modelo hegemônico de prestação de serviços e na estruturação da medicina científica, com seu conjunto de elementos estruturais, que redirecionaram a prática médica e as outras profissões de saúde. Apesar dos muitos debates que envolvem a humanização e aposta em processos relacionais, e a produção dos cuidados, já realizados, a autora considera que essa realidade do consumo exacerbado, as tecnologias duras se mantêm até a atualidade.

A integralidade pressupõe um paradigma amplo do conceito de saúde, no qual necessidades biopsicossociais, culturais e subjetivas são reconhecidas; a promoção, a prevenção, e o tratamento são integrados na prática clínica e comunitária e a abordagem é voltada para o indivíduo, sua família e seu contexto. A integralidade depende da capacidade de identificar as necessidades percebidas e as não percebidas pelos indivíduos, da abordagem

do ciclo vital e familiar e da aplicação dos conhecimentos dos diversos campos de saberes. Diferentemente do modelo biomédico, que se caracteriza pela especialidade, uma condição essencial para a integralidade é a atuação interdisciplinar das equipes (BRASIL, 2011).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma que o trabalho rural é significativamente mais perigoso que outras atividades e estima que milhões de agricultores sofram sérios problemas de saúde (TEIXEIRA, 2003). Ainda segundo a OIT, as atividades laborais que mais matam são: agricultura, mineração, construção civil e pesca comercial. Por isso, foi criada, em 2005, a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura — NR-31, do Ministério do Trabalho e Emprego (COUTO, 2007). O desenvolvimento tecnológico do campo resultou não só na utilização de novas técnicas agrícolas, como também em novos tipos de acidentes de trabalho.

Os agentes de risco a que os trabalhadores rurais estão expostos se dividem em: **físicos** -ruído e vibração provenientes dos maquinários, radiações não ionizantes que podem levar ao desenvolvimento de câncer de pele, variações de temperatura devido às condições climáticas, frio, calor; **químicos** -exposição a agrotóxicos, a adubos químicos, fertilizantes, solventes, combustíveis, a gases emanados da combustão de motores; **biológicos** -exposição aos agentes biológicos (fungos, bactérias e protozoários) existentes na terra, em adubos orgânicos e na água, promovendo um aumento da probabilidade na ocorrência de enfermidades infecciosas e verminoses; agentes **ergonômicos** -causados por posturas inadequadas e carregamento de peso, posturas forçadas, repetitividade, flexão/rotação de tronco; **psicológicos** devido à pressão no trabalho e pressão por produtividade; **mecânicos** -cortes e amputações decorrentes do uso de ferramentas e de máquinas em condições precárias de segurança; quedas, ataques de animais peçonhentos e domésticos; e acidentes de trajetos; **ambientais** -contaminação hídrica, chuva ácida, pulverização aérea; **sociais** -precariedade de vínculos, subemprego, baixos salários, entre outros (MATTOS; MÁSCULO, 2011).

Na esfera da organização, o trabalho agrícola também se caracteriza por certas particularidades como: a escassez de treinamento, longas jornadas, trabalho espacialmente disperso, deslocamento excessivo, grande diversidade de atividades na jornada e ao longo do ciclo produtivo, estrutura organizacional linear sem muitos níveis hierárquicos e de cunho paternalista, baixa remuneração e dificuldade de distinção entre ambientes familiar e de trabalho. Prevalcem nas organizações rurais os valores coletivistas, como a obediência, a segurança, o dever, a hierarquia, e as relações personalizadas, que moldam as relações de trabalho no campo (GUIMARÃES; BRISOLA; ALVES, 2005).

O Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, criou e vem constantemente revisando as normas regulamentadoras (NR), que disciplinam e fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à segurança e medicina do trabalho. Entre elas, encontra-se a NR 17 - Ergonomia, que visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Somado a isso, a já citada NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatíveis o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, com segurança e saúde e com o meio ambiente de trabalho.

Segundo a NR 31, os empregadores rurais ou equiparados devem programar ações de segurança e saúde que visem à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, atendendo à seguinte ordem de prioridade: a) eliminação de riscos através da substituição ou adequação dos processos produtivos, máquinas e equipamentos; b) adoção de medidas de proteção coletiva para controle dos riscos na fonte; c) adoção de medidas de proteção pessoal. Ainda assim, cita a necessidade de o empregador adotar princípios ergonômicos para melhorar as condições de conforto e segurança no trabalho para seus funcionários (BRASIL, 1978).

As Normas Regulamentadoras (NRs) e as Normas Regulamentadoras Rurais (NRRs) foram aprovadas pela Lei nº 6.514, por intermédio das Portarias nº 3.214/78 criada pelo Ministério do Trabalho e a de nº 3.067/88 foi aprovada para as Normas Regulamentadoras Rurais, criadas com intuito de tratar de diversos temas pertinentes à segurança, saúde e prevenção de acidentes no trabalho, sendo constituintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (SOUTO, 2009).

As NRs totalizam-se em 33, além de cinco NRRs, que somadas a outras normas técnicas postuladas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), funcionam como elemento básico para prática e exercício da higiene e segurança do trabalho nas empresas e no meio rural, conforme discutido por MACEDO (2012). Tecnicamente, as NRs podem ser classificadas em duas categorias: a genérica e a específica. As NRs genéricas não estão ligadas a uma atividade econômica propriamente dita, pois tratam genericamente ao que diz respeito às condições de risco à segurança no trabalho (MATTOS & MÁSCULO, 2011). As NRs específicas dividem-se em estruturantes que compõem a estrutura do conjunto de normas

e auxiliam no estabelecimento de uma política de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e, não estruturantes; peculiares a alguma atividade econômica, contendo em seu escopo, diretrizes determinadas no delineamento das NRs estruturantes (MATTOS & MÁSCULO, 2011).

Foi aprovada em 2005, a NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, com o objetivo de estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, com segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (BRASIL, 2005).

Ainda assim, a colheita conduzida por empresas terceirizadas, ou pelo produtor florestal, tende a negligenciar as Normas Regulamentadoras a NR-31, as quais não estão sendo consideravelmente eficientes, para resguardar a segurança e a saúde do trabalhador (DAVID et al., 2014).

Complementando, Melo (2013) afirma que os acidentes de trabalho ocorrem por práticas inadequadas no meio ambiente do trabalho, podendo-se mencionar o não atendimento às seguintes diretrizes: a falta de investimento na prevenção de acidentes por parte das empresas e dos empregadores; os problemas culturais que ainda influenciam a postura das classes patronal e profissional no que diz respeito à não priorização da prevenção dos acidentes laborais; a ineficiência dos poderes públicos quanto ao estabelecimento de políticas preventivas e à fiscalização dos ambientes de trabalho; as máquinas e ferramentas inadequadas por culpa de muitos fabricantes que não cumprem corretamente as normas de segurança e orientações previstas em lei, e a precariedade das condições de trabalho por conta de práticas equivocadas de flexibilização do direito do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho.

Por ser norma setorial, todas as disposições constantes na NR-31, devem se aplicar ao trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Entretanto na omissão da norma, deve ser aplicado o disposto nas demais NRs, em observância ao art. 13 da Lei 5.889/1973.

Na publicação da **NR-31**, existiam cinco normas específicas para o meio rural, chamadas de NRRs. São elas: **NRR1**-Disposições gerais que são relativas à segurança e higiene do trabalho rural, de observância obrigatória; **NRR2**-Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (SEPATR). A propriedade rural com 100 (cem) ou mais trabalhadores é obrigada a organizar e manter em funcionamento o SEPATR; **NRR3**-

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR), o empregador rural que mantenha a média de 20 (vinte) ou mais trabalhadores, fica obrigado a organizar e manter em funcionamento, por estabelecimento, uma CIPATR; **NRR4-** Equipamentos de Proteção Individual, para os fins de aplicação desta norma, todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a integridade física e psicológica do trabalhador, o empregador rural é obrigado a fornecer gratuitamente os EPIs adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento; **NRR5-**Produtos Químicos, trata-se da manipulação, preparo, aplicação, equipamentos de aplicação, embalagens, armazenagem e transporte de agrotóxicos, fertilizantes e corretivos (CAMISSASSA, 2015).

A NR7 tem sua existência jurídica assegurada por legislação ordinária, através dos arts.168 a 169 da CLT, onde estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que tem como objetivo a promoção e preservação da saúde em conjunto com seus trabalhadores, em que serão obrigados á realização de exame médico por conta do empregador nas condições estabelecidas: na admissão, na demissão, periodicamente, no retorno ao trabalho e na mudança de função (OLIVEIRA, 2009).

A **NR7** também estabelece os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PCMSO, podendo os mesmos ser ampliados mediante negociação coletiva de trabalho. Caberá à empresa contratante, os riscos existentes em auxiliar na elaboração, implementação e complementação do PCMSO nos locais de trabalho onde os serviços estão sendo prestado (MANUAIS DE LEGISLAÇÃO, 2010).

Os locais de trabalho, pela própria natureza da atividade desenvolvida e pelas características de organização, relações interpessoais, manipulação a exposição a agentes físicos, químicos, biológicos, situações de deficiência ergonômica ou risco de acidentes, que podem comprometer a saúde e a segurança do trabalhador em curto, médio e longo prazo, provocando lesões imediatas, doenças ou morte, além de prejuízos de ordem legal e patrimonial para a empresa (DAMASCENO, 2005).

3.5 POLITICAS PUBLICAS RELACIONADAS À SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL

O Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, possui entre seus campos de atuação a saúde do trabalhador, a qual se constitui no conjunto de atividades destinadas às ações de vigilância epidemiológica e sanitária de

trabalhadores expostos aos riscos e agravos das condições de trabalho (BRASIL, 1990).

O Ministério do Trabalho e a Previdência Social regulamentam medidas de segurança com o uso de EPIs durante o trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Além disso, o Ministério do desenvolvimento políticas publica para aprimorar a segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho (RISTOW, BATTISTI E SANTOS, 2016).

Para Oliveira e Vasconcellos (1992), as políticas públicas de saúde do trabalhador são fragmentadas entre várias instituições que possuem atribuições de intervenção na área e por isso, a multiplicidade de ações gera reflexos nos resultados das mesmas, há uma necessidade de criar-se uma proposta de integração das ações para que sejam priorizadas e capazes de gerar resultados positivos para a saúde dos trabalhadores rurais.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) tem como objetivo melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida. E tem como objetivos diretrizes e estratégias que exigem responsabilidades da gestão voltadas para a melhoria das condições de saúde desse grupo populacional. É uma política transversal, que prevê ações compartilhadas entre as três esferas de governo cuja articulação às demais políticas do Ministério da Saúde é imprescindível. Sua implementação nos estados e municípios depende de todos nós, do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2013).

A Secretaria de Saúde do município de Cajazeiras-PB, possui a divisão de vigilância em saúde com políticas públicas que abrangem a população rural, através da Secretaria da Agricultura que realiza ações destinadas a proteção e preservação da saúde da população rural exposta aos riscos ocupacionais e exposição ao uso de agrotóxicos. Além de disponibilizar de Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CEREST), localizado na cidade de Patos-PB, para atuar diretamente com os trabalhadores na prevenção e promoção da saúde.

Ao avaliar os desafios das políticas públicas para a promoção da saúde dos trabalhadores rurais, observa-se a inexistência de capacidade institucional em fazer cumprir a legislação em vigor, bem como para diagnóstico, tratamento e notificação dos casos de intoxicação aguda e crônica, resultando em subnotificação

da realidade. Segundo os autores, em cada território há riscos singulares a saúde como, por exemplo, as diversidades de uso as práticas de manejo e a vulnerabilidade da população

exposta, que por si só, já são razões para o desencadeamento de ações de vigilância que na prática não são realizadas (RIGOTTO et al., 2012).

4 CASUÍSTICA E MÉTODO

Trata-se de um trabalho de campo, partindo do conhecimento e identificação de problemas através de uma pesquisa descritiva, exploratória, com coleta de dados através de entrevistas aplicadas, com abordagem quantitativa dos dados relativos aos riscos e enfermidades relacionados aos agricultores familiares.

4.1 TIPO DA PESQUISA

Para Martins Júnior (2008), a pesquisa descritiva visa descobrir e observar fenômenos existentes, situações presentes e eventos, procurando desta forma descrevê-los, classificá-los, compará-los, interpretá-los e avaliá-los, com o objetivo de esclarecer situações para idealizar futuros planos e decisões.

Segundo Figueiredo (2008), o estudo exploratório possibilita ao pesquisador captar conhecimentos e comprovações teóricas, a partir de investigações de determinadas hipóteses avaliadas dentro de uma realidade específica, podendo proporcionar o levantamento de possíveis problemas.

As abordagens quantitativas são aquelas que quantificam as informações coletadas através de procedimentos estatísticos e matemáticos, tendendo a focar a análise para examinar as partes dos componentes de um fenômeno como forma de garantir a exatidão dos resultados (SEABRA, 2009).

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados foram aplicados questionários, uma técnica de interação social, na forma de um diálogo. Os questionários são instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas, extraindo dados quantitativos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A partir da pesquisa foram realizadas visitas no campo de trabalho dos agricultores familiares, proporcionando diálogos para melhores esclarecimentos quanto as atividades laborais, riscos ocupacionais e enfermidades adquiridas diante dos riscos apresentados e dos problemas de saúde relatados pelos participantes, além das diferentes formas de enfrentamento e fragilidades a esses episódios.

4.3 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado em Cajazeiras, localizada no sertão do estado da Paraíba, distante 476 km da capital João Pessoa, com extensão territorial de aproximadamente 566 km², e atualmente conta com uma população de 58.446 de acordo com os dados do (IBGE, 2012).

A pesquisa foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras, situado na Rua Dr. Engenheiro Coelho Sobrinho, S/N, Centro-Cajazeiras-Pb.

Figura 01- Localização do Município de Cajazeiras-Pb



Fonte: Wikipédia (2019)

4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo foi composta por agricultores familiar que atuam no campo. Atualmente são 826 agricultores cadastrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras. A população amostral foi composta por 100 agricultores familiares da região de Cajazeiras e foi selecionado através dos critérios de inclusão e exclusão.

Foram incluídos no estudo todos os agricultores que atuam na agricultura familiar da região de Cajazeiras-PB há mais de 10 anos e que concordem em participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE). Foram excluídos da pesquisa aqueles que estavam doentes ou afastados das atividades laborais durante a aplicação do questionário e os que não concordaram em participar da pesquisa.

4.5 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para nortear o estudo, foi um questionário semiestruturado (APÊNDICE A), que se encontra dividido em duas etapas, a primeira contém as perguntas que caracterizam os dados sócios demográficos da amostra, e a segunda etapa direciona-se aos objetivos da temática em estudo.

Após apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande- CFP/UFCG, através da Plataforma Brasil, os dados foram coletados pela pesquisadora participante, diretamente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras, nos turnos manhã e tarde, de acordo com a disponibilidade dos participantes do estudo. A coleta foi realizada em um lugar reservado e de forma individual, para assim respeitar a privacidade e a integridade de cada participante.

Os dados obtidos a partir da pesquisa foram analisados através de estatística simples descritiva, sendo os resultados apresentados em tabelas e gráficos utilizando os programas do Microsoft Word e Excel 2010 e em seguida, confrontados com a literatura pertinente.

4.6 POSICIONAMENTOS DO PESQUISADOR

Na pesquisa foram consideradas as condições éticas de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde, que dispõe sobre referenciais essenciais da Bioética que envolve seres humanos em pesquisa (BRASIL, 2012). Foi solicitada aos participantes da pesquisa uma autorização prévia através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após apreciação e aprovação do Comitê de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG-CFP, através da Plataforma Brasil, sob CAAE 3.674.605, foi encaminhado um ofício ao gestor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais solicitando a participação dos agricultores familiar, os dados foram coletados pelo pesquisador participante nos turnos manhã e tarde, de acordo com a disponibilidade dos participantes do estudo. Foi realizado em um lugar reservado e de forma individual, para respeitar a privacidade e a integridade de cada participante.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

DADOS SÓCIOS – DEMOGRAFICOS

Neste capítulo estão dispostos os resultados coletados através do questionário contendo informações a respeito da identificação dos participantes, caracterização dos acidentes de trabalho, bem como, as questões que norteiam o cerne da problemática. Na tabela 01 apresenta-se a caracterização dos agricultores familiares da cidade de Cajazeiras-PB.

Tabela 01 – Caracterização dos agricultores familiares do Município de Cajazeiras, 2020.

Variável	Nº	%
Sexo		
Masculino	30	30
Feminino	70	70
Idade (anos)		
20-30	14	14
30-40	28	28
40-50	23	23
50-60	35	35
Escolaridade		
Não Alfabetizado	14	14
Ensino Fundamental Incompleto	45	45
Ensino Fundamental Completo	13	13
Ensino Médio Incompleto	13	13
Ensino Médio Completo	15	15
Tempo de atuação como agricultor (anos)		
10-20	28	28
20-30	21	21
30-40	21	21
40-50	30	30

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Quanto ao sexo, a maioria dos agricultores é do sexo feminino com 70% do percentual, enquanto que apenas 30%, são do sexo masculino. Logo, percebe-se uma predominância do sexo feminino, em que as atividades da mulher no meio rural, não estão

apenas circunscritas ao cuidado reprodutivo, pois elas também realizam atividades em lavouras e atividades de produção de alimentos, que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura. Inclusive, na maioria das vezes as mulheres rurais nem sequer são consideradas agricultoras, sendo mais bem conhecidas como a mulher ou filha de determinado agricultor (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Elas participam em praticamente todas as atividades da fazenda, com o objetivo de fomentar a participação da mulher no agronegócio com renda extra para família, atuando como líder e empreendedora.

O fato de o trabalho rural ser muito associado à força braçal, não é um impedimento para o engajamento dessas trabalhadoras. E o avanço da aplicação tecnológica no campo tem feito à diferença nesse sentido, pois com a ampliação do uso da tecnologia da informação como a agricultura de precisão e da mecanização nas atividades rurais, o trabalho no campo deixou de necessitar estritamente de força física. Dessa forma, as mulheres assumem cada vez mais cargos e funções dentro da fazenda.

Quanto à idade dos participantes observou-se que a faixa etária entre 20 a 30 anos de idade, representa em 14%, entre 30 a 40 anos apresenta-se 28%, e na faixa etária de 50 a 60 anos, representa 35%. Logo, a população estudada trata-se de adultos na idade produtiva para desempenho das atividades laborais.

Percebe-se então uma quantidade reduzida de jovens atuando no meio rural, sendo essa situação relacionada com as oportunidades de emprego e salários mais elevados no meio urbano. Mas, Segundo Alves e Marra (2009), o que mais contribui para essa situação é que, com o passar do tempo, a população jovem desinteressa-se pelo emprego rural, devido à falta de motivação e despreparo, sendo assim, esse meio deixa de ser opção de emprego.

Diante disso, outros membros da família, que normalmente são os pais que se encontram ainda aptos para o desempenho das atividades no campo continuam nesse meio, tendo em vista o cuidado com os bens da família e em função do vínculo com o ambiente e história de vida vivenciada nesse local. O apego a terra, as questões culturais e a identificação com as atividades agrícolas são elementos que explicam a permanência de pessoas idosas trabalhando no meio rural, mesmo havendo prejuízo, ou seja, quando a rentabilidade é muito baixa e estando expostos a riscos ocupacionais e crises de natureza biológica, psicológica e social (LOPEZ et al., 2012).

Quanto ao tempo de atuação na agricultura familiar, a maioria possui mais de 20 anos de experiência. Percebe-se que os agricultores já adquiriram certa experiência, devido ao tempo de atuação com a prática, ensinamentos e adaptação a rotina do trabalho no campo. A

maior parte dos participantes da pesquisa relata ter aprendido o ofício dos pais e familiares para o desenvolvimento das atividades como capinação, plantação, colheita, entre outros. A influência familiar no meio rural torna-se um fator positivo para o desenvolvimento favorável nas atividades rurais e do campo.

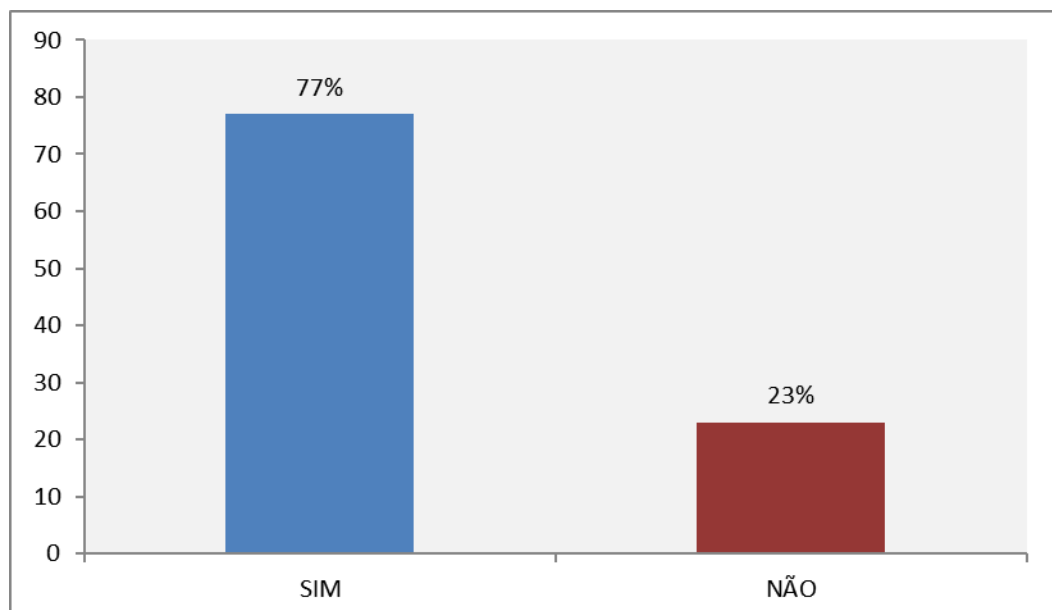
No que diz respeito a escolaridade dos participantes, observou-se que 45% não concluíram o ensino fundamental e 15% concluíram o ensino médio, o que demonstra um número elevado de indivíduos sem oportunidade de ir à escola. Sabe-se que se faz necessário capacitar e cuidar desta população.

Níveis de escolaridades baixos podem fazer com que os trabalhadores, em muitos casos, tenham dificuldades para identificar riscos e sinalizações existentes no campo, passando a fazê-lo mais por condicionamento do que por conhecimento. Este é um item que causa preocupação, uma vez que a falta de conhecimento básico é um dos fatores preponderantes da ineficácia na execução de tarefas, muitas vezes simples, mas que exigem o mínimo de conhecimento, como é o caso do uso de EPI (RAZENTE; THOMAS; DUARTE, 2005).

DADOS REFERENTES À PROPOSTA DO ESTUDO

Quando questionados sobre EPIs, observa-se que a maioria dos participantes, (77%), afirmou ter conhecimento sobre os equipamentos de proteção.

Figura 02 - Conhecimentos dos agricultores familiares sobre os EPIs. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



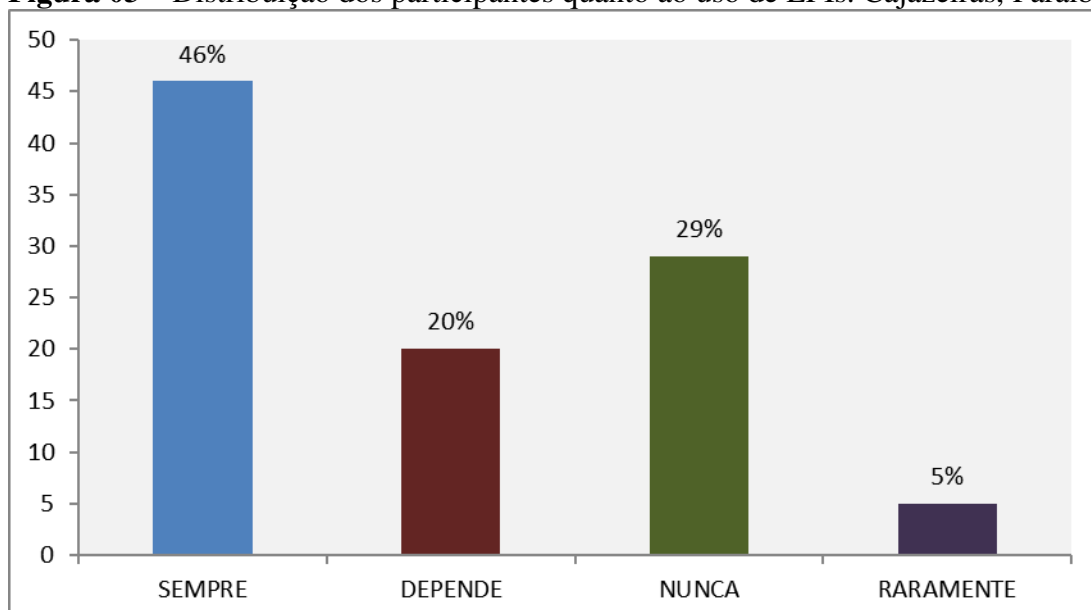
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Com relação aos conhecimentos sobre os EPIs, 77% dos participantes do estudo responderam ter conhecimento aos equipamentos de proteção. Logo, percebe-se que a maioria dos agricultores tem conhecimento a respeito dos EPIs, o que reduz consideravelmente alguns riscos relacionados ao trabalho no campo. O uso dos EPIs pode ser entendido como uma estratégia de suma importância, tanto como de proteção, prevenção e redução de riscos a saúde dos agricultores familiares.

Através do conhecimento, treinamentos e orientações tem-se a expectativa de que o trabalhador se conscientize dos riscos a que ele está exposto, proporcionando desta maneira um ambiente de trabalho seguro, e conseqüentemente mais eficiente (GROHMANN, 2009). É importante destacar que a adesão aos EPIs é uma importante medida de proteção aos agricultores, embora a não obediência a certos critérios, tais como o uso adequado e a baixa frequência quanto ao uso, possam expor os agricultores a acidentes e doenças (SOUZA et al., 2008).

No entanto, ainda se observa certa resistência ou falta de conhecimento quanto ao uso de EPIs por parte dos agricultores familiares de Cajazeiras, fato esse que pode ser justificado pela idade avançada, apatia e o excesso de autoconfiança, ficando expostos aos riscos inerentes a atividade laboral. A figura a seguir refere-se à utilização dos EPIs durante as atividades no campo por parte dos agricultores, em que se observa que a maioria dos participantes da pesquisa utiliza os EPIs.

Figura 03 – Distribuição dos participantes quanto ao uso de EPIs. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

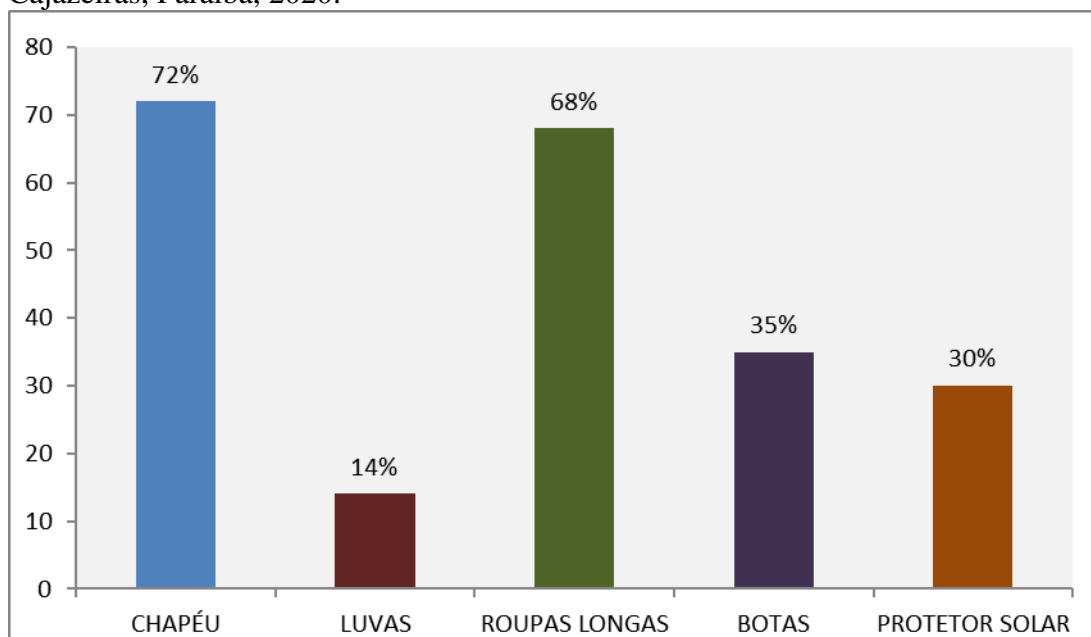
Observa-se na Figura 03, que 46% dos agricultores responderam que sempre usam os EPIs em todas as suas atividades diárias e 29% expuseram que nunca fizeram uso. Percebe-se que ainda existe uma grande parte dos agricultores que não faz uso dos EPIs, fato esse que pode ser justificado por questões financeiras e por dificuldades de adaptação. No entanto, a falta de uso dos EPIs acarretará em danos à saúde desses trabalhadores e maior probabilidade de enfermidades.

De modo geral, são muitos os fatores que levam os agricultores a negligenciar o uso de EPIs, tais como: desconforto, temperaturas elevadas, pouca experiência, autoconfiança, baixa disponibilidade, comodidade, entre outros. No entanto, percebe-se ainda, que o trabalhador vem obtendo informações, conscientização sobre segurança e ergonomia do equipamento de proteção, o que garante o melhor uso dos mesmos (CISZ, 2015).

É importante informar a todos os trabalhadores, que os EPI's formam, em conjunto, um recurso amplamente utilizado para a segurança dos mesmos no exercício de suas funções. Assumem, por essa razão, papel de grande responsabilidade para a preservação dos sujeitos contra os mais variados riscos aos quais está sujeito nos ambientes de trabalho (NASCIMENTO et al., 2009).

Na Figura 04 verifica-se os dados referentes aos EPIs mais utilizados pelos agricultores no desenvolvimento de suas atividades rurais.

Figura 04 – Participação dos agricultores familiares quanto os tipos de EPIs mais utilizados. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



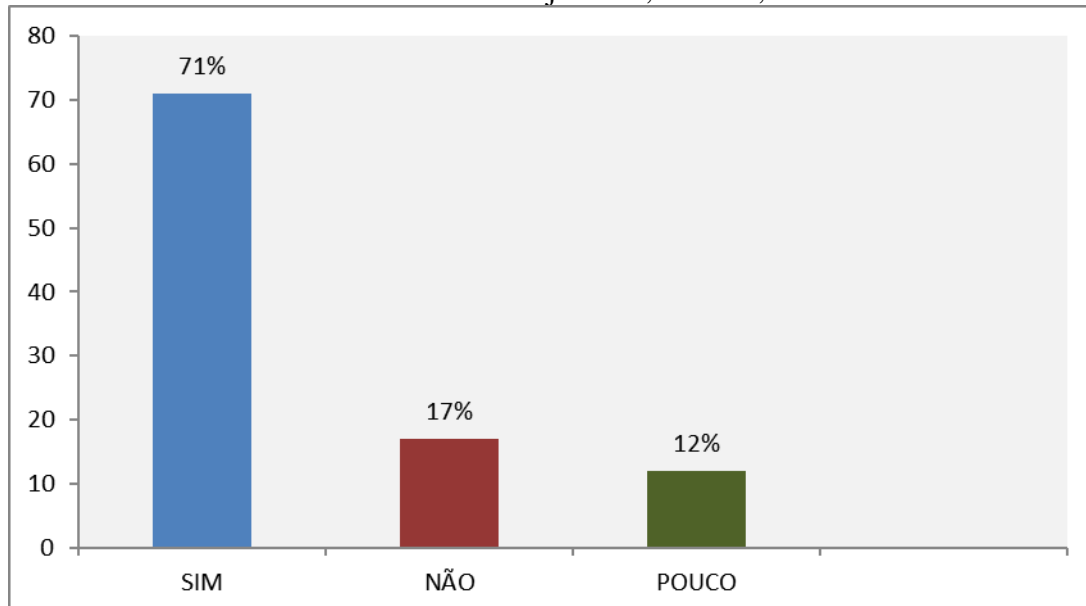
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os EPIs mais usados durante as atividades laborais pelos agricultores são chapéus e roupas longas conforme aponta a figura acima com 72% e 68% dos entrevistados, respectivamente. Prática essa justificada por serem recursos mais simples, fáceis de encontrar no comércio local e de baixo custo, além de ser, uma cultura de trabalho aprendida com os próprios pais e familiares.

Os EPIs quando usados adequadamente evitam os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais que podem ser causadas por fatores de riscos aos quais os trabalhadores se expõem. Dentre estes, citam-se os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, psicossociais e mecânicos ou de acidentes, os quais são potencialmente capazes de prejudicar a qualidade de vida e de saúde do trabalhador. Tais riscos tornam as atividades ocupacionais no setor da agricultura muito perigoso (RIBAS et al., 2017).

Ao analisar a Figura 05, percebe-se que a maioria dos participantes da pesquisa apresenta conhecimentos sobre os riscos existentes no desenvolvimento das atividades rurais.

Figura 05 - Conhecimentos dos agricultores familiares sobre os riscos existentes no desenvolvimento das atividades rurais. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



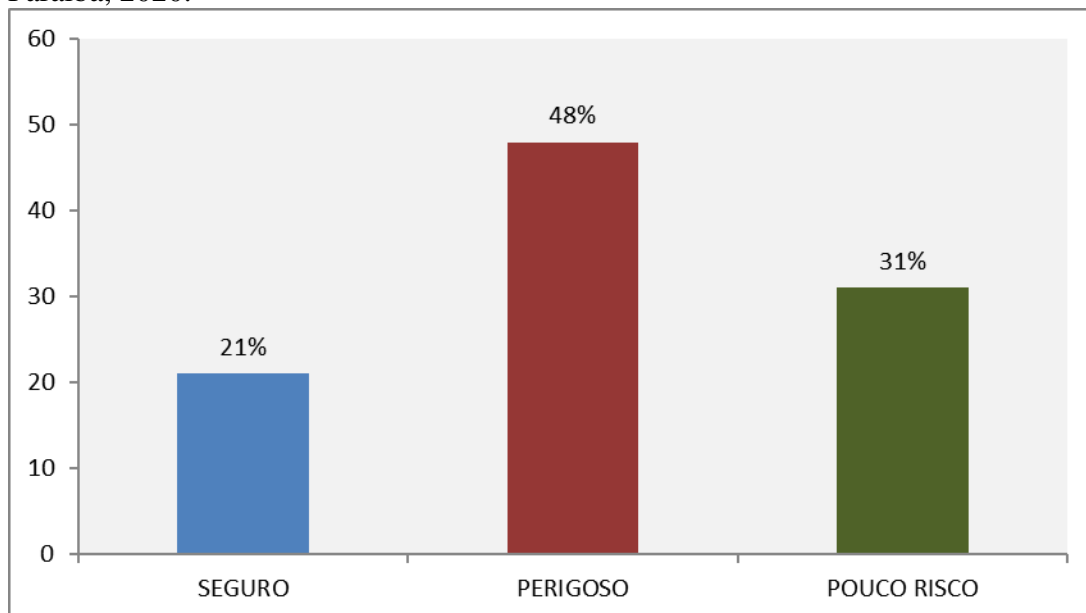
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Com relação aos riscos existentes no trabalho no campo, 71% responderam que tem conhecimento a respeito e 17% apontam não ter nenhum risco. Logo, verifica-se que a maioria dos participantes tem conhecimento sobre os riscos existentes nas atividades agrícolas, porém a compreensão real sobre o nível desses riscos ainda é negligenciada, devido aos costumes do dia a dia e a autoconfiança por terem muito tempo como trabalhador rural.

Porém, existe uma preocupação com o ambiente laboral e as condições ambientais que refletem na qualidade de vida desses agricultores.

O conhecimento dos riscos existentes nos locais de trabalho deve necessariamente incorporar a vivência, o conhecimento e a participação dos trabalhadores, uma vez que eles realizam o trabalho cotidiano e sofrem seus efeitos, portanto possuem um papel fundamental na identificação, eliminação e controle dos riscos. Para Heemann (2009) o trabalho realizado pelos produtores de fumo nas suas propriedades rurais é relativamente pouco mecanizado, caracterizando-se como uma cultura quase artesanal, e a atividade cansativa e desconfortável. A Figura 6 traz a classificação do ambiente de trabalho dos agricultores familiares.

Figura 06 - Classificação do ambiente de trabalho dos agricultores familiares. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quanto à classificação de risco do ambiente de trabalho dos agricultores familiares, 48% responderam que o ambiente de trabalho é perigoso. Tais dados ressaltam a importância de os trabalhadores observarem com maior cuidado o seu ambiente de trabalho, bem como as suas ações cotidianas, evitando consequências negativas em casos de acidentes de trabalho e exposição a doenças ocupacionais.

Os trabalhadores rurais podem estar expostos a riscos químicos (inseticidas, herbicidas, maturadores); físicos (calor, frio, umidade, radiação solar); mecânicos (atrito, pressão, vibração, fricção, EPIs inadequados); biológicos (bactérias, fungos, vírus e animais peçonhentos); e organizacionais (jornada excessiva, pagamento por produção, falta de vínculo empregatício). Os riscos também podem ser classificados como operacionais (postura, força,

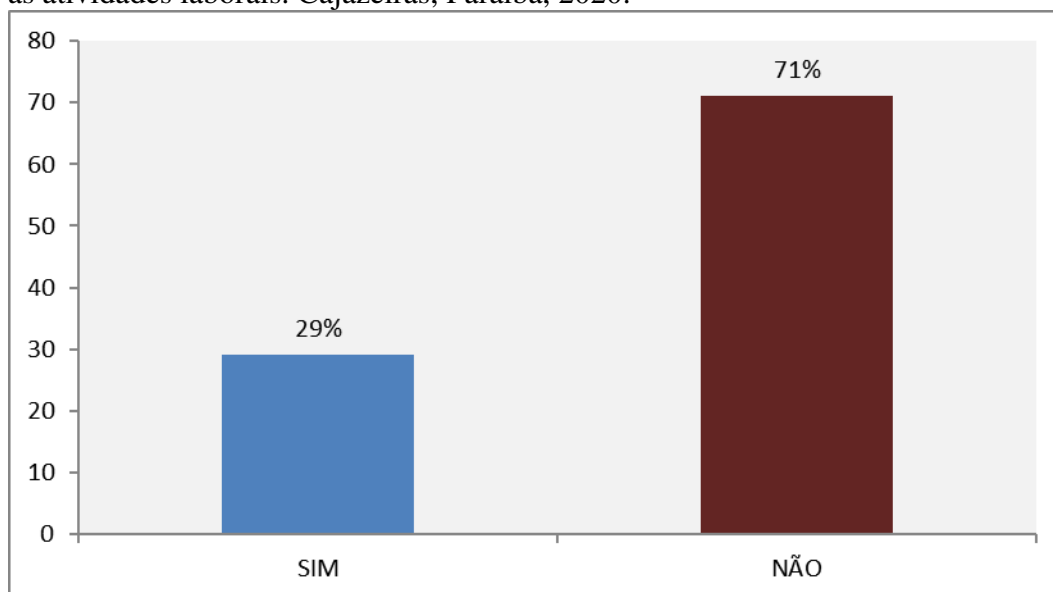
movimento repetitivo e carregamento de pesos) e acidentários (quedas de caminhão, carretas e trator, quedas no ambiente de trabalho, perfurações, torções provocadas por agentes mecânicos em todo corpo, intoxicações por agrotóxicos, ataque de animal peçonhento). Os trabalhadores rurais estão expostos aos riscos, de forma sinérgica, pois o trabalho em todas as fases da produção normalmente é executado sem proteção física e social, é um trabalho manual intenso e exaustivo com sobrecarga física e mental (MARTINS, 2015).

O perigo é uma “(...) fonte ou situação que apresenta uma capacidade potencial de causar dano à saúde e a integridade física do homem, danos à propriedade, ao meio ambiente ou uma combinação desses efeitos” (ARAÚJO, 2004, p.302). O perigo é uma ameaça em si, ainda não mensurável ou não totalmente evidente. Este pode ser uma condição ou um conjunto de circunstâncias que têm o potencial de causar ou contribuir para uma lesão ou até mesmo a morte de um trabalhador.

Os riscos no ambiente de trabalho consistem na probabilidade da ocorrência do dano e das consequências de um evento perigoso (ARAÚJO, 2004). Os riscos e o perigo também estão relacionados à noção de ameaça (eventos indesejável e danoso) podendo ser classificados a partir da natureza de seus agentes e de sua fonte geradora. Sendo necessário o entendimento de seu conceito e as ferramentas operacionais para seu gerenciamento (PHILIPP JUNIOR et al., 2004).

A Figura 07 apresenta a participação dos agricultores familiares acidentados durante o desenvolvimento das atividades diárias no campo.

Figura 07 – Participação dos agricultores familiares quanto a ocorrência de acidentes durante as atividades laborais. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

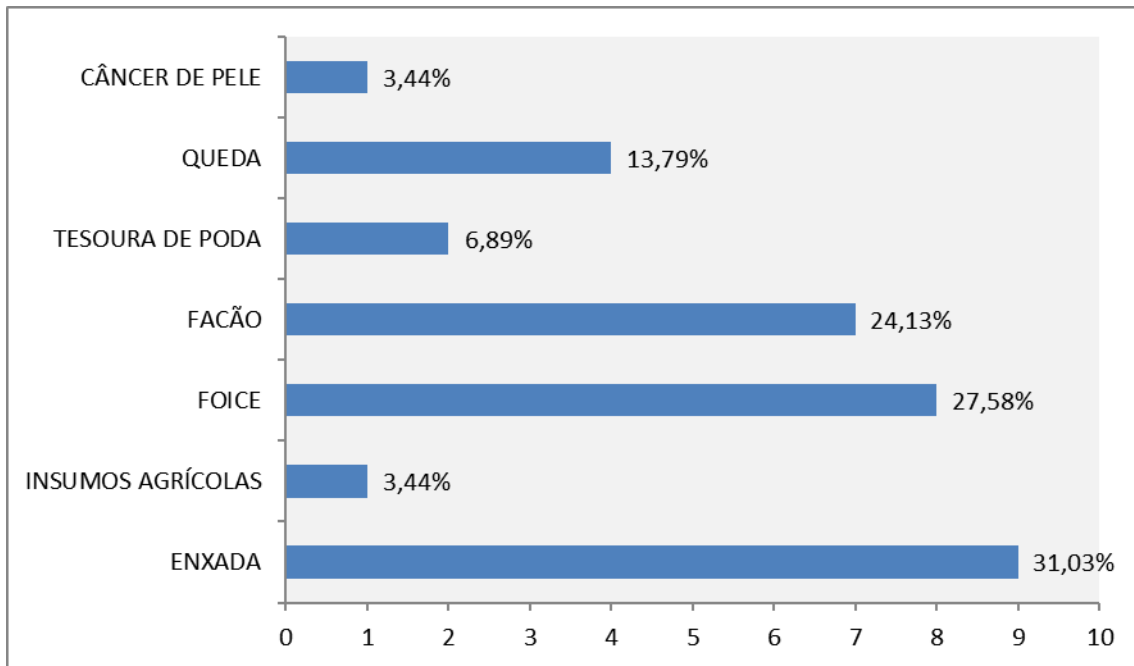
A respeito dos possíveis acidentes sofridos pelos agricultores familiares durante as atividades no campo, 71% responderam não ter sofrido nenhum tipo de acidente. Pelo levantamento realizado através da pesquisa, um pequeno percentual dos trabalhadores já sofreu algum tipo de acidente. Percebe-se então, a compreensão do que é um acidente de trabalho e o que não estaria diretamente relacionado ao trabalho, devido às situações desconhecidas e muita das vezes em ambientes desfavoráveis e vulneráveis a saúde dos agricultores.

Os agricultores no desenvolvimento de suas funções estão expostos a inúmeros riscos ocupacionais causados por fatores químicos, físicos, mecânicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, que podem ocasionar doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. É necessário maior atenção à qualificação do trabalhador na agricultura para que executem seus trabalhos de forma mais eficiente e eficaz refletindo assim na minimização desses acidentes.

De acordo com Costa (2012) apesar da potencialização dos riscos de exposição dos trabalhadores rurais, os acidentes de trabalho e os riscos ocupacionais são causados por vários fatores, a exemplo da descontinuidade quanto a adesão às medidas de proteção recomendadas como o uso do EPI destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaça à segurança e à saúde no trabalho.

Os dados coletados quanto utilização das ferramentas manuais e as ocorrências de acidentes e doenças ocupacionais no decorrer das atividades laborais estão dispostos na Figura 08.

Figura 08 – Ferramentas manuais no trabalho e ocorrência de acidentes e doenças pelos participantes da pesquisa. Cajazeiras, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quanto às ferramentas utilizadas que ocasionaram acidentes de trabalho, a enxada foi considerada o instrumento de maior incidência conforme apontam 31,03% dos entrevistados. É importante destacar que alguns agricultores (3,44%) já possuem sinais de doenças relacionadas ao trabalho, como é o caso do câncer de pele, certamente devido a falta de cuidados pessoais e uso correto dos EPIs.

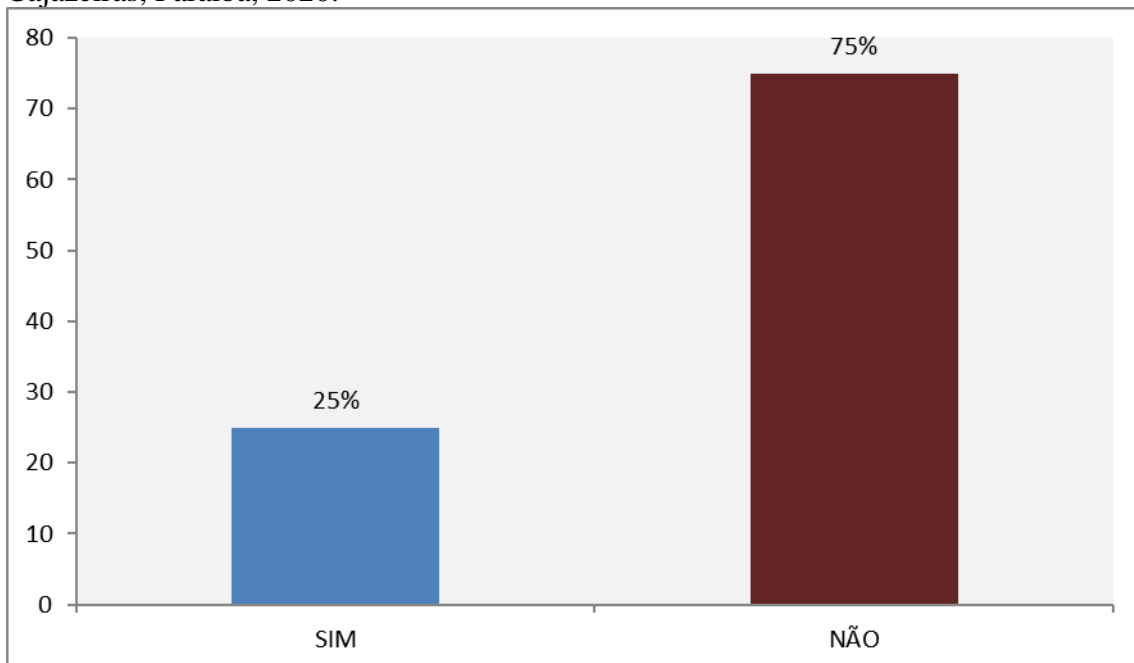
As condições do processo de trabalho que contribuem para esses acometimentos, podem ser representadas pela manipulação de veículos específicos, ferramentas, instrumentos e animais; carregamento de peso e outras atividades que geram lesões musculoesqueléticas; exposição a ruídos, vibrações, agentes infecciosos, poeiras, produtos químicos, substâncias orgânicas; condições habituais de zonas rurais, como atuação sob intempéries, temperaturas altas, radiação solar, risco de picadas por animais peçonhentos; bem como o risco de ocorrer escorregões, tropeços e quedas, entre outros. Somam-se ainda o ritmo de trabalho intenso, a necessidade da produtividade, a longa jornada de trabalho, a ausência de intervalos para o descanso e de hidratação, a baixa renda e outros aspectos relativos à organização do trabalho da agricultura (OIT, 2010).

Ainda segundo o autor, a ocorrência de acidentes com ferramentas e máquinas agrícolas podem gerar traumas e lesões de distintos graus, como mutilações e fraturas. Enquanto acidentes com animais peçonhentos, como as cobras, aranhas e escorpiões, podem gerar envenenamentos e queimaduras. Esses tipos de acidentes são bastante comuns nas regiões rurais e podem levar ao óbito. Além disso, entre as causas de acidentes de trabalho cita-se o ato inseguro do trabalhador quanto a não utilização ou utilização inadequada de

EPIs, como a ausência do uso de calçados adequados (botas de borracha), durante as atividades, o que pode ser gerador de quedas no ambiente de trabalho e conseqüentemente torções, luxações ou lesões musculoesqueléticas maiores.

A Figura 09 apresenta os dados relativos ao acesso à orientação para o uso adequado dos EPIs

Figura 09 – Distribuição dos participantes quanto à falta de orientação sobre o uso de EPIs. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Analisando a figura acima, percebem-se que são muitas as desinformações sobre o uso correto dos EPIs, as formas como alguns acidentes de trabalho no campo poderiam ser evitados e principalmente, a necessidade de orientações periódicas, treinamentos, palestras entre outros, como medidas de prevenção, proteção e promoção à saúde do homem do campo.

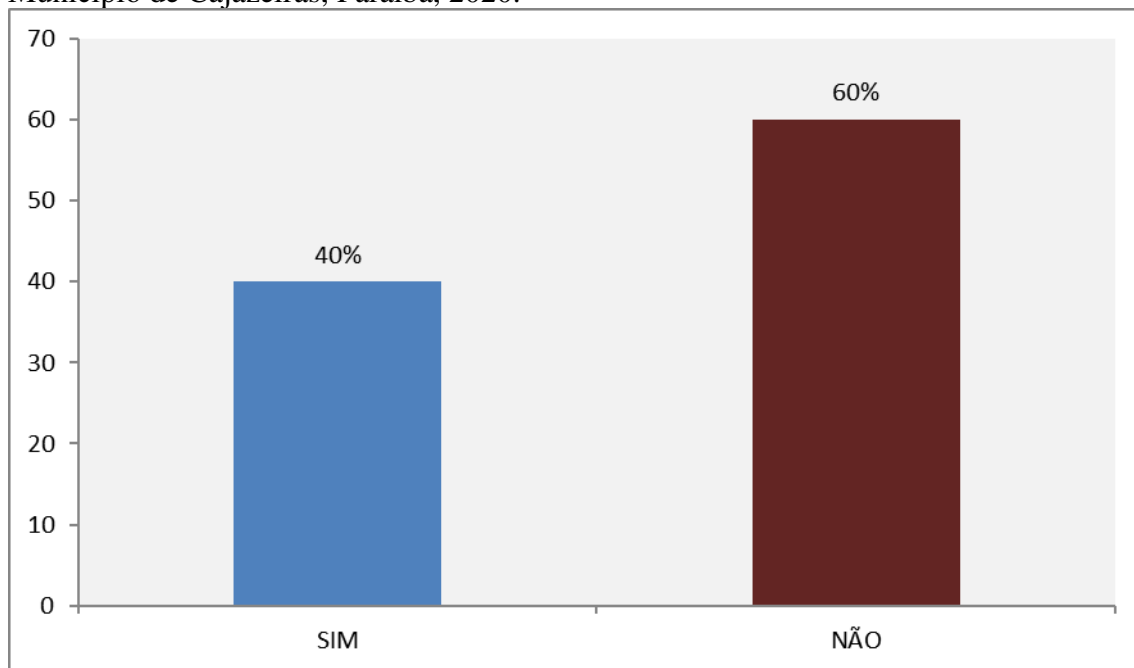
Montenegro e Santana (2012) apontam que além de orientações sobre os equipamentos de trabalho e as atividades a serem exercidas, também devem ser feitos

treinamentos sobre os EPIs para uma melhor compreensão por parte dos trabalhadores da funcionalidade e manuseio dos mesmos.

A educação permanente e os treinamentos necessitam ser incorporados constantemente e coletivamente na rotina dos serviços, pois fornece informações sobre a identificação dos riscos e perigos resultantes de práticas inseguras, uma vez que os acidentes laborais podem estar relacionados à falta de treinamentos/preparo dos trabalhadores. Assim, estes são considerados importantes estratégias para a proteção dos trabalhadores nos locais de trabalho em prol da segurança da saúde dos trabalhadores e por meio da intervenção primária (MASTROENI, 2006).

Na Figura 10 destacam-se os dados coletados quanto à assistência recebida por órgãos públicos.

Figura 10 – Visão dos participantes quanto à assistência recebida por órgãos públicos do Município de Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quanta a assistência recebida por parte dos órgãos públicos para a realização das atividades agrícolas, a maioria (60%) apontou não ter sido assistida por qualquer tipo de órgão, seja público ou privado. É importante destacar que as políticas públicas existem, porém precisam ser melhoradas e divulgadas pelos órgãos que acolhem os agricultores familiares, como é o caso da EMATER, STTR, cooperativas, associações, ACS e UBS.

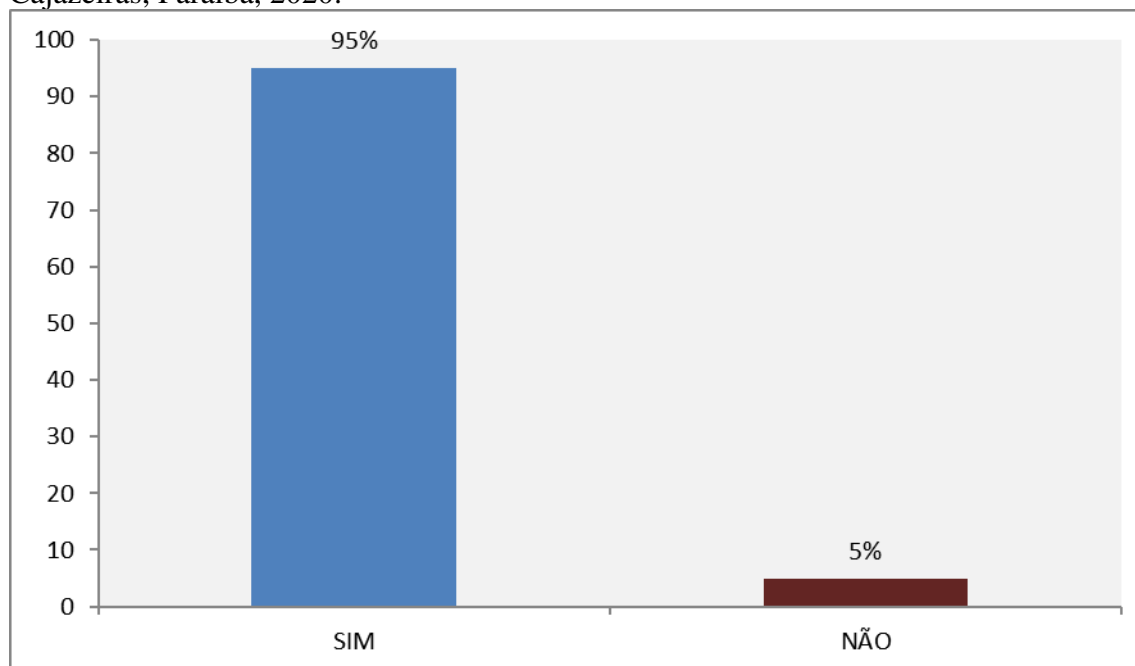
É relevante destacar que o campo de atuação da agricultura familiar ainda é marcada pela desigualdade social e pobreza, devido às condições gerais de saúde que acometem esses

trabalhadores, destacando que o apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos territórios rurais brasileiros e que passam por uma fase de estagnação e diminuição das oportunidades de geração de renda (SILVA, 2008).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) tem como objetivo melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida. A política é composta por objetivos, diretrizes e estratégias que exigem responsabilidades da gestão voltadas para a melhoria das condições de saúde desse grupo populacional. É uma política transversal, que prevê ações compartilhadas entre as três esferas de governo cuja articulação às demais políticas do Ministério da Saúde é imprescindível. Sua implementação nos estados e municípios depende de todos nós, do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2013).

Os dados coletados quanto à importância da utilização efetiva dos EPIs pelos agricultores familiares estão expostos na Figura 11.

Figura 11 – Visão dos participantes da pesquisa diante da importância da utilização dos EPIs. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



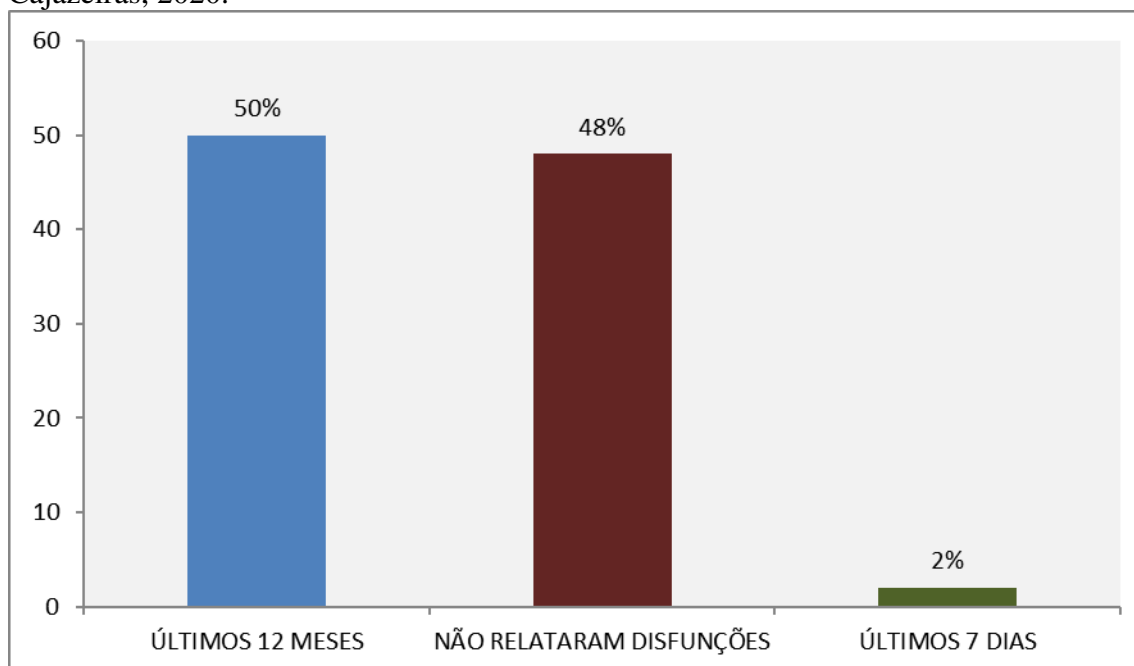
Fonte: dados da pesquisa (2020).

A maioria dos entrevistados (95%) aponta que é de fundamental importância a utilização dos EPIs, pois tem a finalidade de proteger o trabalhador de qualquer acidente ou danos à sua saúde. Geralmente, são utilizados EPIs para proteção auditiva, respiratória, visual, facial, proteção da cabeça, das mãos e dos pés, mas que não foi constatado o uso de todos eles neste estudo.

A adesão ao uso dos equipamentos de proteção individual, além de trazer consigo benefícios à saúde dos trabalhadores e aos usuários do serviço, conferem benefícios aos empregadores, com destaque para maior produtividade, diminuição no número de afastamento dos trabalhadores para tratamento de doenças, e redução dos gastos hospitalares com equipamentos e materiais. O uso dos EPI deve ser adequado às necessidades do procedimento avaliando-se o conforto, o tamanho do equipamento e o tipo de risco envolvido para não resultar em despesas para a instituição e comprometer a execução do procedimento. Em contra partida a não adesão aos equipamentos, quando necessários, pode resultar em prejuízos afetando as relações psicossociais, familiares e de trabalho, contribuindo para que os acidentes de trabalhos continuem ocorrendo (NEVES et al., 2011).

A Figura 12 refere-se à avaliação periódica das disfunções musculoesqueléticas dos trabalhadores da agricultura familiar de Cajazeiras-PB.

Figura 12 – Avaliação do período de apresentação de disfunções musculoesqueléticas. Cajazeiras, 2020.



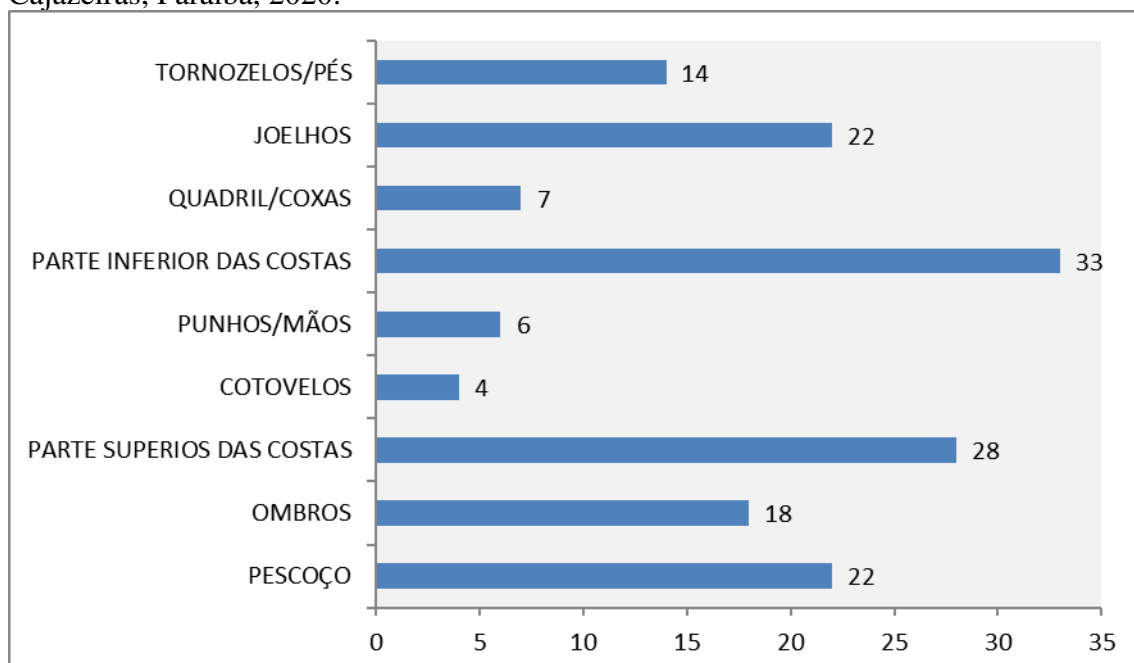
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Ao analisar os relatos dos agricultores familiares, observa-se que 50% relataram apresentar disfunções musculoesqueléticas relacionadas ao cotidiano no campo. Dados esses que justificam a necessidade dessa classe de trabalhadores por uma atenção médica e acompanhamentos específicos para que os sinais e sintomas de adoecimento tornem-se visíveis, não levando a piora dos agravos, como dor, formigamentos e dormência que ao persistirem por longos períodos dificulta a recuperação da saúde. Isso faz surgir no ambiente de trabalho uma diminuição da autodefesa, pois na maioria dos casos ocupacionais, após os episódios agudos, o trabalhador doente acaba se submetendo às mesmas condições de trabalho associados ao quadro álgico, podendo levar a um novo episódio inflamatório.

Um dos fatores que induzem às LER/DORT é o trabalho muscular estático, caracterizado pela permanência na mesma posição por determinado período de tempo. Se ao trabalho muscular estático for acrescida carga (peso), há uma propensão maior e indução mais rápida à fadiga e às lesões do sistema musculoesquelético. É importante considerar que o músculo que faz trabalho estático não recebe energia nem oxigênio do sangue, e deve usar suas próprias reservas. Além disso, (e isso talvez seja o maior prejuízo), os resíduos metabólicos não são retirados, ao contrário, acumulam-se e causam a dor aguda e a fadiga muscular (GRANDJEAN, 1998).

A Figura 13 mostra a avaliação das regiões do corpo que apresentam disfunções musculoesqueléticas.

Figura 13 – Avaliação das regiões do corpo que apresentam disfunções musculoesqueléticas. Cajazeiras, Paraíba, 2020.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme as regiões do corpo que apresentam disfunções musculoesqueléticas, as partes da coluna, joelhos, ombros e pescoço apresentam maior sintomatologia e mais queixas relacionadas aos movimentos repetitivos no decorrer do trabalho no campo, que traz dificuldades e incapacidades nas atividades diárias, dor lombar, nos tornozelos, pés e joelhos devidos aos agachamentos repetitivos e prolongados.

Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho é um conjunto de afecções que se caracterizam pela ocorrência de vários sinais e sintomas, concomitantes ou não, de aparecimento insidioso, principalmente nos membros inferiores e superiores, como cansaço, dores, formigamentos, sensação de peso, perda de força, limitação de movimentos e fadiga (PICOLOTO E SILVEIRA, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de trabalho do agricultor familiar do Município de Cajazeira-PB é caracterizado por inúmeras incidências de riscos ocupacionais e doenças relacionadas ao trabalho no campo e é evidenciada por distintas cargas de trabalho, que podem ser geradoras do adoecimento e dos acidentes de trabalho. A vida no campo exige a utilização de instrumentos e ferramentas manuais e mecanizadas para o seu desenvolvimento, o que demanda atenção para o modo como são utilizados. Assim como a visualização das condições ambientais e a intensidade do trabalho empregado que também são determinantes para os efeitos na saúde da natureza humana do trabalhador rural.

A partir da realização deste trabalho, fica claro que as atividades laborais dos agricultores familiares, por sua grande exposição a condicionantes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, colocam em risco a sua saúde, a curto, médio e longo prazo, fato observável diante das causas apresentadas nesse estudo. Estes trabalhadores não recebem orientações específicas sobre o uso adequado dos EPIs e nem dos equipamentos manuais de trabalho. As poucas e simples orientações foram recebidas a partir de membros da família ou conhecidos, mantendo o uso de itens mais básicos como roupas longas e chapéus.

As principais limitações apresentadas estão relacionadas à alta carga horária de trabalho e os movimentos repetitivos, sendo também acometidas as regiões anatômicas com sinais e sintomas musculoesqueléticos, sem que ocorra a procura de um profissional de saúde

especializado para tratamento ou acompanhamento dessas enfermidades, com finalidade de prevenir ou minimizar os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho.

A discussão dos resultados revelou que há um grande desconhecimento quanto à segurança e a prevenção de acidentes, e que quando se fala de prevenção, normalmente, os participantes da pesquisa remetiam suas respostas a alguns e poucos equipamentos de segurança individual ou coletivo, não compreendendo e nem tão pouco conhecendo que existem muitos outros equipamentos, individuais e coletivos, que precisam ser usados no trabalho do campo.

Para minimizar os acidentes ocupacionais e o adoecimento no ambiente de trabalho dos agricultores familiares é necessário que as instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, UBS, associações e a EMATER estejam preocupados com a oferta de capacitações de forma coletiva e individual como também a educação permanente, por meio de orientações durante as reuniões periódicas de cada setor para agir com medidas de segurança, proteção, prevenção e promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. **Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ALVES, E. R.A.; MARRA, R. A Persistente Migração Rural-Urbana. **Revista de Política Agrícola**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 5-17, 2009.

ARAUJO, G. M. **Elementos do Sistema de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional – SMS.** Ed.1, v. 1. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde Editora, 2004.

ARAÚJO, W. T. **Manual de Segurança do Trabalho.** São Paulo: Ed. DCL, 2010

ASSIS, M.M. A. et al. **Produção do cuidado no Programa Saúde da Família: olhares analisadores em diferentes cenários.** Salvador: EDUFBA, 2010. 182 p.

AYOADE, J. O. (2011). O clima e a agricultura. In: **Introdução a Climatologia para os Trópicos.** 11 ed. Rio de Janeiro: [s.n], 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do**

Campo e da Floresta. Brasília, DF, 2013. 48 p. ISBN 978-85-334-1985-8. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/politica-nacional-saude-integral-populacoes-campo-floresta>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras nº 17 e 31**, aprovadas pela Portaria MTE nº 3.214, de 8 de jun. de 1978.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 48 p. ISBN 978-85-334-1985-8. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/politica-nacional-saude-integral-populacoes-campo-floresta>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria n. 21, de 27 de março de 2014. Alterada pela Portaria n. 33, de 15 de maio de 2014, publicada no **Diário Oficial da União**, n. 91, de 15 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, seção 1, nº 204, 24 de outubro de 2011, p. 48-55.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.326 de 15 de setembro de 2006.** Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso: 25 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 86, de 3 de março de 2005.** Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Brasília: MTE, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente -Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil.** Brasília, 2004. p. 212. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/pan_brasil_portugues.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2019

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP. **Resolução nº 466/2012 sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, 2012

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 jan, 1990.

CAMISSASSA, M. Q. **Segurança e Saúde no Trabalho**: Normas Regulamentadoras 1 a 36 comentadas e descomplicadas/Mara Camisassa Queiroga. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Editora Método: 2015

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p.70-82, abr. 1997.

CISZ, R.C. **Conscientização do uso de EPIs, quanto a segurança pessoal e coletiva**. Monografia de Especialização. Curitiba, 2015.

COSTA, A. T. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**: Normas regulamentadoras. São Paulo: Difusão, 2012.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CASTRO NETO, N. et al. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar; **Revista Percurso –NEMO**, Maringá, v. 2, n.2, p.73 -95, 2010.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência Social rural**: potencialidades e desafios. Brasília/DF, julho de 2016. Disponível em: http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf. Acesso em 27/03/2019.

COUTO, J. L. V. do. Segurança no trabalho rural. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/acidente.htm>. Acesso em: 24/10/2018

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 248 p, 2007.

DAMASCENO, L. A. (Org.). **Dicas de Prevenção de Acidentes e Doenças no Trabalho**. Brasília: SESI-DN, 2005.

DAVID, H. C.; FIEDLER, N. C.; BAUM, L. Ergonomia e segurança na colheita florestal: uma revisão ante a NR-17 e a NR-31. **Enciclopédia biosfera**. Goiânia: Centro Científico Conhecer, v. 10, n. 18, p. 1357-1550, 2014.

DAVIS, K. G.; KOTOWSKI, S. E. Understanding the ergonomic risk for musculoskeletal disorders in the United States agricultural sector. **American Journal Of Industrial Medicine**, USA, v. 50, n. 7, p. 501-511, 2007.

FAO, Food and Agriculture Organization. **O que é agricultura familiar?** Roma, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>.

Acesso em: 27 mar. 2019.

FATHALLAH, F. A. Musculoskeletal disorders in labor-intensive agriculture. **Applied Ergonomics**, Guildford, v. 41, n. 6, p. 738-743, 2010. <http://dx.doi.org/10.1016/j.apergo.2010.03.003>. PMID:20398891.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. 3 ed. São Caetano do Sul – SP: Yendis, 2008.

FREITAS, C. M. de.; GARCIA, E. G. Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 12-16, 2012.

GERHARDT, T.G.; SILVEIRA, D.T. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. Porto Alegre: Bookman, 1998. 338 p.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. [s.l.]: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.(Org.). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-50.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (online), Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GROHMANN, M. Z. **Segurança no trabalho através do uso de EPI's: Estudo de caso realizado na construção civil de Santa Maria**. 7f. Artigo (Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://www.segurancaetrabalho.com.br/download/epis-construcao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GUANZIROLI, C. E.; VIDAL, M. de F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. p. 172

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C.; A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (2007). In: **V. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS**, [s.n], 2007, Recife: editora Venaber, 2007.

GUIMARÃES, M. C.; BRISOLA, M. V.; ALVES, R. A. VALORES CULTURAIS, CULTURA BRASILEIRA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO. In: ENCONTRO

ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 16. 2005. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANGRAD, 2005. p. 1669-1679.

HEEMANN, F. **O Cultivo do Fumo e Condições de Saúde e Segurança dos Trabalhadores Rurais**. 2009. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22063.pdf>, acesso em 17 de maio de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Trabalho e rendimento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

ILO, INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Agriculture: a hazardous work**. Genebra: ILO, 2009. Disponível em: <http://www.ilo.org/safework/areasofwork/hazardous-work/lang--en/index.htm>. Acesso em: 24/10/2018.

JONESA, P. G.; THORNTON, P. K. The potential impacts of climate change on maize production in Africa and Latin America in 2055. **Global Environmental Change**, v.13, n. 1, p.51-59, 2003.

LIMA, T. C. S. de.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katályses**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe> Acesso em: 07 de maio 2019.

LOPEZ, M.; FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. Lugares favoritos no envelhecimento: Explorando estudos e conceitos. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 71, p. 639-649, 2012.

MARTINS JÚNIOR, J. **Como Escrever Trabalhos de Conclusão de Curso**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTENEGRO, D. S.; SANTANA, M. J. A. **Resistência do Operário ao Uso do Equipamento de Proteção Individual**, 2012. Disponível em: http://info.ucsal.br/banmon/Arquivos/Mono3_0132.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

MARTINS, A.J.; FERREIRA, N.S. A ergonomia no trabalho rural. **Revista Eletrônica Atualiza Saúde**. Salvador, v.2, n.2, Jul/dez, 2015. DISPONIVEL EM: <file:///D:/Downloads/LORHAYNNE%20DE%20JESUS%20ZEBENDE%20BAYER.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2020.

MASTROENI, M.F. Introdução à biossegurança. In: **Biossegurança aplicada a laboratório e serviços de saúde**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2006.

MATTOS, U. A. O.; MÁSCULO, F. S. **Higiene e segurança do trabalho para engenharia da produção**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. 420p.

MELO, R. S. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**. 5 ed. São Paulo: Ltr, 2013. 600 p.

MENDES, A. F. **Contextualização e interdisciplinaridade na utilização da matemática no estudo de fenômenos climáticos e meteorológicos**. 2010. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciências) -Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -Instituto de Agronomia. Seropédica –RJ, 2010.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS – Segurança e medicina do trabalho. 66. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 543p.

NASCIMENTO, A. M. A.; ROCHA, C. G.; SILVA, M. E.; SILVA, R. da; CARABETE, R. W. **A Importância do Uso de Equipamentos de Proteção na Construção Civil**. Trabalho de Conclusão do Curso Técnico de Segurança do Trabalho. 2009. Escola Técnica Estadual Martin Luther King. Trabalho disponível em: xa.yimg.com/kq/groups/22745525/853609756/name/tcc+pdf.pdf. Acesso em nov/2014.

NEVES, D.; MEDEIROS, L. (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

NEVES, H. C. C. et al. Segurança dos trabalhadores de enfermagem e fatores determinantes para adesão aos equipamentos de proteção individual. **Revista Latino-Americano de Enfermagem**. v. 02, n. 19, 2011.

NUNES, R. V. **Avaliação do desempenho de cadeias de produtivas da agricultura familiar** –o caso do leite in natura em Quixadá/Ceará. 2009. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional). Universidade Federal do Ceará, 2009.

Organización Internacional Del Trabajo. **Programa de Actividades Sectoriales**. Repertorio de recomendaciones prácticas sobre seguridad y salud en la agricultura. Ginebra (CH): Oficina Internacional Del Trabajo; 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.v.6.

OLIVEIRA, C.A.D. **Segurança e medicina do trabalho**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2009.

OLIVEIRA, M. H.B.; VASCONCELLOS, L. C. F. Política de Saúde do Trabalhador no Brasil: Muitas Questões Sem Respostas. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 150-156, abr/jun, 1992.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: PACHECO, Maria Emília Lisboa. **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.v. 6.

PASTORE, J. **Agricultura de subsistência y opciones tecnológicas**. Costa Rica, n. 114, 1980. p. 327.

PINZKE, S. Observational methods for analyzing working postures in agriculture. **Journal of Agricultural Safety and Health**. Harrisburg, v. 3, n. 3, p. 169-197, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13031/2013.17753>.

PHILIPPI JUNIOR, A.; et al. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

PICOLOTO, D. SILVEIRA, E. Prevalência de sintomas osteomusculares e fatores associados em trabalhadores de uma indústria metalúrgica de Canoas-RS. **Revista Ciência em saúde Coletiva**. V.13, n. 2. P.507-516, 2008.

QUARANTA, G. Agricultura de sequeiro. **Land care in desertification affected areas: From science towards application**. Folheto série C, n. 4, 2013. p. 3. Disponível em: <http://geografia.fcsh.unl.pt/lucinda/Leaflets/C4_Leaflet_PT.pdf>. Acesso em: 10 abr.2019

RIBAS, A. S; MICHALOSKI, A. O. Saúde e Segurança na Suinocultura no Brasil: um levantamento dos riscos ocupacionais. **Revista Espacios**, v. 38, n. 11, p. 13-17, 2017.

RAZENTE, C. R.; THOMAS, D. L.; DUARTE, W. M. **Proteção contra acidentes de trabalho em diferença de nível na construção civil**. 2005. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em engenharia do trabalho) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2005.

RIBAS, A. S; MICHALOSKI, A. O. Saúde e Segurança na Suinocultura no Brasil: um levantamento dos riscos ocupacionais. **Revista Espacios**. v. 38, n. 11, p. 13-17, 2017.

RIGOTTO, R. et al. O verde da economia no campo: desafios á pesquisa e as politicas para promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & saúde coletiva**. V. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012.

RISTOW, L.P.; BATTISTI, I. D. E.; SANTOS, M. Políticas publicas e saúde dos trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. In: XXI Jornada de Pesquisa. Salão do Conhecimento. **Anais**. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/6944>. Acesso em 30 out. 2019.

SANTOS NETO, A. A. DOS. **Desafios Para a Integração Da Política Territorial Brasileira Com O Programa De Aquisição De Alimentos (PAA): Coalizões Do Território Águas Emendadas**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2016.

SEBRAE. **Cartilha de acesso ao PRONAF**. Brasília. [s,n], gráfica Inove, 2011.

SEABRA, G. Pesquisa científica: **O método em questão**. 2 ed. João Pessoa: EdUEPB, 2009

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília -DF, v. 38, n. 1/2, p. 466-485, jul./set. 2003.

SILVA, O. M. et al. Riscos de adoecimento enfrentados pela equipe de enfermagem do

SAMU: Uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, Santa Catarina, v. 7, n.1, p. 107-127, 2014. Disponível em: [HTTP: \esp. Saúde. sc. gov.br sistemas revista index php inicio](http://www.saude.gov.br/sistemas/revista/index.php/inicio) orticli vien File 172 249 Acesso em 14 de jan.2020.

SOUZA, A. C. S. [et al.] (2008) - Conhecimento dos graduandos de enfermagem sobre equipamentos de proteção individual: a contribuição das instituições formadoras. **Revista**

Eletrônica de Enfermagem. [Em linha]. V.10, nº 2, p. 428-37,2010. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a14.htm>.

TEIXEIRA, M. La Porte; FREITAS, R. M. V. de. Acidentes do trabalho rural no interior paulista. São Paulo Perspec, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 81-90, Jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200009&tlng=en&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24/10/2018.

UVA, A. S.; FARIA, M. Exposição profissional a substâncias químicas: diagnóstico das situações de risco. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan./jun. 2000.

VEIGA, M. M. et al. A contaminação por agrotóxicos e os equipamentos de proteção individual (EPI). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 57-68, 2007.

ZIBETTI, D. W.; LIMBERGER, E. J. K; BARROSO, L. A. **Trabalhador rural:** uma análise no contexto sociopolítico, jurídico e econômico brasileiro. São Paulo: Juruá, 2006. 352 p.

APÊNDICES

APENDICE A – QUESTIONÁRIO

DADOS SOCIO DEMOGRÁFICOS

SEXO: () FEMININO () MASCULINO

IDADE: _____ ANOS

ESCOLARIDADE: () NÃO ALFABETIZADO
 () ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
 () ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
 () ENSINO MEDIO INCOMPLETO
 () ENSINO MEDIO COMPLETO
 () ENSINO SUPERIOR

DADOS REFERENTES À PESQUISA

1-TEMPO DE ATUAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

_____ Anos

2-VOCE SABE O QUE SÃO EPIs?

SIM NÃO

3-VOCÊ TEM CONHECIMENTO DOS RISCOS EXISTENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR?

SIM NÃO POUCO

4-COMO VOCÊ CLASSIFICA O SEU AMBIENTE DE TRABALHO?

SEGURO PERIGOSO POUCO RISCO

5- VOCÊ USA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)? E QUAIS?

SEMPRE DEPENDE NUNCA USO RARAMENTE

CHAPEU LUVAS ROUPAS LONGAS OCULOS

BOTAS PROTETOR SOLAR OUTROS_____

6-VOCÊ JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE ACIDENTE DURANTE AS ATIVIDADES LABORAIS?

SIM NÃO

SE SIM, COM QUAL FERRAMENTA?

ENXADA CARRINHO DE MÃO REGADOR ANCINHO

INSUMOS AGRICOLAS EMBALAGENS FACÇÃO

FOICE TESOURA DE PODA PÁ

OUTROS _____

7-VOCÊ RECEBE ORIENTAÇÃO PARA USAR OS EQUIPAMENTO DE TRABALHO E USAR OS EPIs?

SIM NÃO

SE SIM, QUEM? _____

8- VOCÊ APRESENTA ALGUM SINTOMA E/OU COMPLICAÇÃO DE SAÚDE RELACIONADO AO SEU TRABALHO?

SIM NÃO

SE SIM, QUAIS?

PODENDO MARCAR MAIS DE UM

9- EXISTE ALGUM ORGÃO PÚBLICO QUE PRESTA ASSISTÊNCIA A VOCÊ?

() SIM () NÃO

SE SIM, QUAL? _____

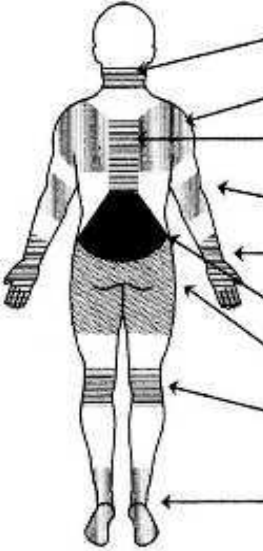
10- VOCÊ ACHA IMPORTANTE A UTILIZAÇÃO DOS EPIs?

() SIM () NÃO

AVALIAÇÃO DAS DISFUNÇÕES MUSCOLOESQUELÉTICAS

DISTÚRBIOS MÚSCULO-ESQUELÉTICOS

Por favor, responda às questões colocando um "X" no quadrado apropriado _ um "X" para cada pergunta. Por favor, responda a todas as perguntas mesmo que você nunca tenha tido problemas em qualquer parte do seu corpo. Esta figura mostra como o corpo foi dividido. Você deve decidir, por si mesmo, qual parte está ou foi afetada, se houver alguma.

	Nos últimos 12 meses, você teve problemas (como dor, formigamento/ dormência) em:	Nos últimos 12 meses, você foi impedido(a) de realizar atividades normais (por exemplo: trabalho, atividades domésticas e de lazer) por causa desse problema em:	Nos últimos 12 meses, você consultou algum profissional da área da saúde (médico, fisioterapeuta) por causa dessa condição em:	Nos últimos 7 dias, você teve algum problema em?
 PESCOÇO	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
OMBROS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
PARTE SUPERIOR DAS COSTAS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
COTOVELOS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
PUNHOS/MÃOS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
PARTE INFERIOR DAS COSTAS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
QUADRIL/ COXAS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
JOELHOS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
TORNOZELOS/ PÉS	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

FONTE: <https://screenshotscdn.firefoxusercontent.com/images/5380d8b7-28f3-404b-9aaa-108deaf7ff6ab.png>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE COMPROMISSO DO(S) PESQUISADOR

Por este termo de responsabilidade, nós abaixo-assinados, Orientador e Orientando(s) respectivamente, da pesquisa intitulada “RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB”, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de delegação de competências de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outrossim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/ CFP/UFCG (Comitê de Ética em Pesquisas/ Centro de Formações de Professores) ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/CFP/UFCG, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Cajazeiras-PB, _____/_____/2019

Orientador(a)

Orientando

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB

Pesquisador: EVERTON VIEIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 22680619.4.0000.0575

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.674.605

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa em questão visa analisar os riscos ocupacionais relacionados ao trabalho no campo de agricultores familiares de Cajazeiras-PB. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de campo, descritiva com abordagem quali-quantitativa, através da aplicação de um questionário semi-estruturado aos agricultores familiares do referido município.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os riscos ocupacionais relacionados ao trabalho no campo de agricultores familiares de Cajazeiras-PB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa oferece risco mínimo aos voluntários, pois se trata de aplicação de questionário/entrevista em busca de informações sobre o objetivo de estudo, podendo ocorrer constrangimento, o mesmo poderia afastar-se a qualquer momento se assim desejar, não havendo qualquer penalização ou prejuízo, estando assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas, não causando nenhum dano físico.

Os benefícios da pesquisa serão: acompanhamento de pequenos produtores para analisar as suas práticas de trabalho e com isso, poder identificar os principais problemas e propor meios de reduzir doenças relacionadas ao trabalho no campo e outros riscos ocupacionais.

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (33)3533-2075

E-mail: cep@ufcg.br@gmail.com

**UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



Continuação do Parecer: 3.674.005

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto proposto visa a elaboração de uma Dissertação de Mestrado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos estão apresentados de forma adequada. O autor da pesquisa EVERTON VIEIRA DA SILVA redigiu e apresentou de forma correta os seguintes itens: Termo de Consentimento Livre e Espontâneo, folha de rosto, carta de anuência, cronograma, orçamento e demais documentos necessários à aprovação do projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando o que foi exposto, sugerimos a APROVAÇÃO do projeto RISCOS OCUPACIONAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CAJAZEIRAS-PB, número 22680519.4.0000.5575 e sob responsabilidade de EVERTON VIEIRA DA SILVA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1444365.pdf	01/10/2019 13:22:43		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TrabalhoCampo.pdf	01/10/2019 13:22:16	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE_Neijane.pdf	01/10/2019 13:21:50	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Anuencia.pdf	30/09/2019 13:44:42	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_Divulgacao.pdf	30/09/2019 13:44:06	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso.pdf	30/09/2019 13:43:36	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	30/09/2019 13:42:51	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma_TrabalhoCampo.pdf	29/09/2019 14:33:16	EVERTON VIEIRA DA SILVA	Aceito

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n
Bairro: Casas Populares CEP: 58.000-000
UF: PB Município: CAJAZEIRAS
Telefone: (33)3532-2075 E-mail: cecp@ufcg.br

UFG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE
CAJAZEIRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer 3874/2019

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAJAZEIRAS, 31 de Outubro de 2019.

Assinado por:

Paulo Roberto de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n.
Bairro: Casas Populares CEP: 55.905-000

UF: PE Município: CAJAZEIRAS

Telefones: (83)3532-2075

E-mail: cep@ufg.br